

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



As Guerras Lusitanas, Estratégias e Armamento
Segundo as Fontes Clássicas

LEANDRO SAUDAN TRISTÃO

MESTRADO EM HISTÓRIA

2013

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



As Guerras Lusitanas, Estratégias e Armamento
Segundo as Fontes Clássicas

LEANDRO SAUDAN TRISTÃO

Dissertação de Mestrado orientada pelo
Professor Doutor Amílcar Guerra

MESTRADO EM HISTÓRIA

2013

Resumo

O presente trabalho pretende contribuir para o estudo das campanhas militares ocorridas entre 194 e 133 a.C., que opuseram as denominadas comunidades lusitanas contra as legiões romanas republicanas. A análise das fontes literárias antigas pretende ser o ponto de partida, para um estudo sobre estratégias, armamento pré-romano e romano republicano.

Na tentativa de melhor caracterizar as denominadas guerras lusitanas, foram analisadas várias fases distintas do confronto, correspondendo cada uma, a abordagem sobre as metodologias de combate utilizadas.

As referências ao tipo de armamento utilizado pelos vários grupos armados, tanto lusitanos como romanos representam também um conjunto de dados caracterizadores dos tipos de combate praticados.

Nos últimos capítulos são analisadas concepções históricas e dados referentes às estruturas militares que compoñham o tipo de organização dos diferentes grupos armados.

Abstract

The present work aims to contribute to the study of military campaigns occurred between 194 and 133 BC, who opposed the Lusitanian communities against the Roman legions Republican.

The analysis of ancient literary sources, aims to be the starting point for a study on the strategies, weapons pre-Roman and Roman Republican.

In an attempt to better characterize the Lusitanian wars were analysed several distinct phases of the confrontation, each corresponding to approach about the information in the methodologies used to combat.

References to the type of weapons used by several armed groups, is also characteristic elements of the types of combat practiced.

In the last chapters are analysed historical concepts and structures that allows to identify the military type of organization in the different armed groups.

Palavras-chave

Guerras Lusitanas, Exércitos romanos republicanos, Estratégias, Armamento, História Militar

Keywords

Lusitanian wars, Roman republic armies, Strategies, Weapons, Military History

Agradecimentos

Agradecimento especial ao Professor Doutor Amílcar Guerra pela disponibilidade, apoio e palavras de incentivo no processo de realização deste trabalho, tornando-o possível num período chave da minha vida pessoal e profissional.

Quero também agradecer aos meus pais Carlos Tristão, Maria do Rosário Tristão, pelo encorajamento e amparo, á minha irmã Ana Tristão pela enorme disponibilidade e incentivo na minha carreira académica e profissional.

À minha esposa Flora Saudan Correia Tristão, pelo amor e privilégio de ter a sua companhia e pela compreensão da exigência dos meus sonhos.

Ao meu amigo docas pela companhia e atenção.

Não queria terminar sem deixar uma nota de grande respeito pelos homens e mulheres que representaram as comunidades e grupos armados, em análise, neste trabalho.

Índice	
1. As guerras lusitanas nas fontes clássicas	8
1.1 Tito Lívio	9
1.2 Apiano	10
1.3 Estrabão	11
2. As guerras lusitanas três fases diferentes	13
2.1 Campanhas de 194 a 179 a.C. (Fase I)	14
2.1.1 O Saque de Ilipa	16
2.1.2 As batalhas de 185 a.C.	17
2.1.3 Ausência de referência a líderes lusitanos	20
2.2 Campanhas de 155 a 149 a.C. (Fase II)	21
2.2.1 Lusitanos e Vetões	24
2.2.2 O ano 153 a.C.	26
2.2.3 Sérvio Sulpício Galba	30
2.3 Campanhas de 149 a 137 a.C. (Fase III)	31
2.3.1 “Viriato” o nascimento de um mito	33
2.3.2 Emiliano	37
2.3.3 Serviliano	40
2.3.4 Cúrio Apulei e Conoba	41
2.3.5 Tratados de Paz	42
2.3.6 Morte de Viriato	43
3. Armamento segundo as fontes	45
3.1.1 Armamento defensivo	48
3.1.2 Armamento ofensivo	52
3.1.3 Lusitanos e Celtiberos	54
3.1.4 Fabrico de armas	55
3.2 Armamento republicano	56
3.2.1 Armamento defensivo	59

3.2.2	Armamento ofensivo	60
4.	Evolução e diferenças estruturais dos exércitos romanos e lusitanos	63
4.1	A logística das armas	64
4.2	Aristocratas indígenas	65
4.3	Papel da infantaria	66
4.4	Concepções históricas das guerras lusitanas	68
	Bibliografia	70

1. As guerras lusitanas segundo as fontes clássicas

Sobre as guerras lusitanas, existem alguns testemunhos que permitem traçar determinados perfis culturais e sociais destas sociedades peninsulares e interpretar importantes episódios político ou militares em diferentes períodos cronológicos.

A análise destes textos é o ponto de partida para um estudo sobre estratégias e armamento pré-romano e romano republicano presente durante as denominadas guerras lusitanas. Para estas fontes literárias, os textos que chegaram até nós resultam de um processo de cópia utilizado desde a Idade Média e posteriormente traduzido para diferentes línguas e autores. As implicações deste tipo de fonte, obrigam a um cuidado desdobrado na análise. Estes parâmetros são fundamentais, para que, ainda antes da análise metodológica que é exigida ao historiador sobre as fontes primárias, compreenda as limitações de uma fonte traduzida, sujeitas a um conjunto de paradigmas e interpretações da linguagem utilizada.

Estas limitações não impedem no entanto um estudo sobre diferentes aspectos destes autores antigos, o contexto político-social em que se inseririam, as particularidades das suas obras literárias com diferentes finalidades ou objectivos de redacção, o contexto geográfico e as origens destes autores. A interpretação destes dados, pode contribuir para uma mais clara compreensão, das fontes e das temáticas em abordagem para este estudo.

1.1- Tito Lívio

Tito Lívio (59 a.C. – 17 d.C.), natural de *Patavium* (a actual Pádua), é um dos mais importantes historiadores da sua época, tendo criado uma obra de 142 livros, reproduzindo a história de Roma desde a sua fundação em 753 a.C. até ao ano 9 d.C.

Na sua biografia é habitual destacar-se o seu papel de perceptor de Cláudio, futuro imperador de Roma e a proximidade que tinha com Augusto, aspectos que o enquadram num meio influente e de poder. A sua narrativa compaginava-se também com essa sua audiência, não sendo de admirar os testemunhos gloriosos das capacidades militares de Roma, mas também a defesa da supremacia civilizacional e dos valores romanos.

A *História de Roma* de Tito Lívio contribuiu muito para a construção de uma imagem monumental e grandiosa de Roma (Mitraud, 2007,10).

Sobre o autor não existem muitos elementos biográficos, uma vez que apenas alguns autores clássicos fizeram breves comentários sobre Lívio. Subsistem dúvidas quanto à data do seu nascimento e morte, ainda que para o primeira se aponte o intervalo de 64 a 58 a. C. e o de 12 a 18 d.C. para a sua morte.

Pádua caracterizava-se por ser uma cidade influente, figurando entres os seus habitantes a segunda maior lista de inscritos na ordem dos cavaleiros (*equites*), número que era só superado pela capital do império.

Promovida ao estatuto de *municipium* em 49 a. C., muitos dos seus habitantes usufruíam de plenos direitos de cidadania romana. A cidade ostentava um espírito republicano e mantinha entre seus ideais o princípio de conservação da ordem constitucional (Mitraud, 2007, 33).

Lívio é por conseguinte natural de uma cidade respeitada e importante, onde o acesso a obras literárias bem como a uma formação e educação é frequente e valores como o *mos maiorum*¹ eram incutidos nos jovens. Trata-se de uma realidade social culturalmente rica, mesmo quando, como acontece com a família de Lívio, a sua origem fosse plebeia².

Os anos seguintes a 29 a.C., representam para Roma, um período áureo. O fim das guerras civis coincidiu com o florescimento da cidade a vários níveis, tendo como motor deste crescimento e optimismo, a política de Augusto. No campo literário a fundação de bibliotecas, o apoio mecénático a novos poetas, a difusão dos recitais públicos, valorizando a história, o drama e a poesia lírica, permitiram um reflorescimento das artes na cidade (Mittraud, 2007, 34). Terá sido neste contexto que Lívio escreveu a sua obra, certamente marcado por um forte sentimento de prosperidade, sentido principalmente nos meios mais influentes da cultura romana.

1.2 Apiano

Apiano (95 d.C – 165 d.C.), natural de Alexandria, desempenhou, na sua cidade natal, vários cargos administrativos. Em 120 d.C. foi para Roma como advogado e em 147 d.C. obteve o cargo de procurador do imperador Antonino Pio. Para além dos testemunhos que atestam estes aspectos biográficos, tudo o resto se revela pouco esclarecedor: são desconhecidas as circunstâncias concretas da sua carreira, bem como os factos que o guindaram a uma posição social elevada, quer na sua terra natal como em Roma (Espelosín, 2010, 248).

1

“Costumes dos ancestrais”, conhecer e respeitar os conhecimentos sábios procedentes, representava um princípio fundamental da educação dos jovens.

2

Suetónio (3,1).

O elevado estatuto que conseguiu obter em Roma teve um papel crucial no acesso a documentos oficiais, registos e arquivos para elaboração da sua obra (Munõz, 2003, 79).

As informações recolhidas procediam de meios muito diferentes, desde os círculos literários até aos de carácter mais oficial, sendo impossível estabelecer de forma detalhada todas as fontes a que teve acesso (Espelosín, 2010, 233).

Certamente o papel de advogado terá influenciado de forma significativa o seu discurso literário. Apesar de bastante esclarecedor sobre a justificação de determinados actos militares romanos, não deixa ao mesmo tempo de assumir um papel de defesa dos povos conquistados.

Esta função de mediador de conflitos acaba por influenciar o seu testemunho, procurando justificar determinados acontecimentos, quer de ponto de vista romano como também do ponto de vista dos povos submetido. No caso dos lusitanos o momento mais significativo chega-nos com o testemunho da “perfídia” de Galba, que justificou de alguma forma um crescimento da resistência lusitana. Neste episódio Apiano como que estabelece uma relação de causa-efeito, essencial para justificar o próprio desenrolar do conflito.

No prólogo da sua obra Apiano evidencia orgulho da sua pátria, demonstrando que, apesar de redigir uma obra sobre os feitos da conquista Romana, não esquece as suas origens e valoriza as particularidades e feitos dos povos conquistados por Roma.

Apiano representa, além disso, o autor da história mais completa sobre a conquista romana que chegou até aos nossos dias (Espelosín, 2010, 233).

1.3 Estrabão

Estrabão (63 ou 64 a.C. – 24 d.C.) natural da cidade de Amasia, referenciada três vezes na obra *Geographia*, capital do reino de Ponto. Esta região situada no norte da actual Turquia, junto ao mar Negro, terá sido, entre 88 e 47 a.C., sob a liderança do emblemático rei *Mitrídates VI* representando este um importante foco de resistência às incursões romanas.

A família de Estrabão pertencia à elite da sociedade daquela região: pelo lado materno descendia de sacerdotes do templo de *Comana*, cargo que estaria associado a um elevado estatuto social. Estrabão terá nascido ainda numa fase em que *Amasia* representava a capital do reino do Ponto, onde uma arreigada cultura helénica era defendida pelo seu principal rei *Mitrídates VI*. De resto, cidade era formada pelos mesmos elementos típicos que compunham tantas outras cidades gregas (Espelosín 2009, 23).

Estrabão irá dedicar três dos seus livros a descrever toda esta região de onde era natural, revelando uma significativa valorização das suas origens, fruto de uma educação privilegiada no seio intelectual e elitista onde se inseria a sua família.

Num contexto de transição de poder, as movimentações políticas levadas a cabo pelas elites locais procuravam mostrar-se em conformidade com as suas próprias necessidades e de acordo com as linhas de poder dominantes.

A obra de Estrabão demonstra grande reconhecimento e orgulho na tradição cultural grega da qual é herdeiro. No entanto respeita e integra-se perfeitamente na estrutura do império romano, influenciado em grande medida pelas suas raízes familiares (Espelosín 2009, 25).

Estas particularidades da vida de Estrabão permitem de algum modo traçar um perfil e enquadrá-lo na sua própria obra, a educação no seio de uma família influente, terá tido papel fundamental no desenvolver de um indivíduo adaptado e preparado para reconhecer os feitos e virtudes de um povo invasor, o carácter inevitável de um predomínio bélico sob os restantes povos, obriga a essa mesma adaptação, ainda que não deixe de identificar e se possível valorizar feitos e hábitos de povos invadidos.

O empreendimento exigido para a realização de uma obra como a *Geografia* tem forçosamente de implicar uma visão abrangente de diferentes realidades, visão essa que não está isenta de condicionalismos, a interpretação dada a determinado acontecimento é sempre suscetível a diferentes abordagens por parte de quem faz o seu testemunho, fruto de uma perspectiva dependente do ponto de partida de onde é observado determinado acontecimento.

A obra de Estrabão como o título sugere é principalmente de carácter geográfico, no entanto é hoje reconhecida muito mais como testemunho de carácter histórico e também antropológico. Inicialmente observada como obra pouco literária e demasiado

restrita à compilação de factos, representa aos olhos da ciência actual uma importante recolha histórica e antropológica de hábitos e costumes de diferentes povos.

O contexto político e militar em que viveu, permitiu outro tipo de interpretações históricas, na sua perspectiva podia aquele ser o momento mais apropriado para escrever uma obra como a sua, pois o triunfo de Roma estava já consumado em diferentes regiões.

Importa referir que Estrabão nunca visitou a Península Ibérica e todos os seus testemunhos são uma compilação de diferentes fontes antigas, sobre a realidade peninsular. Políbio, Artemidoro e Posidónio surgem como as referências mais evidentes para o livro III de Estrabão, no entanto, Posidónio surge mais vezes mencionado. O trabalho de recolha e compilação de informação, sugere com uma metodologia de investigação, com o principal objectivo de redigir um documento contextualizado à época em que este se inseria.

Não existem testemunhos de leitores contemporâneos à conclusão da sua obra, a divulgação e análise do seu trabalho terá no período da vida do autor sido restrita a um grupo restrito de eruditos (Espelosín 2009, 33).

2. As guerras lusitanas em três fases diferentes

Os reencontros entre uma entidade designada como lusitanos e as tropas de Roma estão documentados nas fontes pela primeira vez em 193 a.C. e prologam-se com períodos de particular intensificação dos conflitos pelo menos até 139 a.C., ano do desaparecimento do mais notável símbolo da sua guerrilha (Guerra, 2010, 155). É neste intervalo cronológico que se insere este trabalho de análise das estratégias utilizadas por lusitanos e romanos, bem como do tipo de armamento por eles utilizado.

Foram para este efeito elaboradas três tabelas a que correspondem três fases do conflito, entre 193 e 139 a.C., sendo que os critérios de distinção destas fases decorrem de alguns elementos descrito nas fontes.

A fase mais antiga chega-nos num intervalo cronológico em que existem já vários elementos consistentes sobre a resistência lusitana à presença romana, mas em que não se regista qualquer menção a um líder lusitano. Este dado justifica a separação em termos de testemunho que obtemos para este período mais antigo que vai de 193 a 155 a.C

2.1 Campanhas de 194 a 155 a.C. (Fase I)

Para a fase mais antiga do confronto (194 a.C.- 155 a.C.) os testemunhos de Tito Lívio fornecem importantes elementos numéricos e estratégicos referentes aos confrontos entre romanos e lusitanos, ainda que, como se disse, sejam omissos a respeito dos líderes lusitanos.

A elaboração de uma base de dados permite de alguma forma esquematizar valores fornecidos pela fonte, tendo em linha de conta que estes números são estimativas, mas permitem, de alguma forma, representar uma determinada evolução dos acontecimentos. Esta metodologia será também utilizada para as fases posteriores, procurando esquematizar e comparar a informação recolhida para diferentes fases a fim de obter possíveis respostas enquadradas no âmbito deste trabalho.

Para o primeiro registo de um confronto sugere-se o ano de 194 a.C. No entanto, Tito Lívio refere que se trata de um reencontro entre romanos e lusitanos, o que permite compreender que estes já se haviam encontrado antes.

O último registo para esta desta fase de conflito ocorre 179 a.C. existindo depois dados muito vagos do intervalo cronológico entre 179 e 156 a.C.

Fase I (194 – 155 a.C.)					
Fonte	Ano	Local	Líderes romanos	Vencedores	Baixas
Lívio (35,1)	194 a.C.	Ilipa(Alcalá del Río,)	Cornélio Cipião	Romanos	12.000 Lusitanos
Lívio (37, 46,7-8)	190 a.C.	Lícon(Cástulo)	Lúcio Emílio Paulo	Lusitanos	6.000 Romanos
Lívio (37,57,5-6)	189 a.C.	Região da Bética	Lúcio Emílio Paulo	Romanos	18.000 Lusitanos
Lívio (39,21, 1-3)	186 a.C.	Hasta(Mesas de Asta,)	Gaio Atínio	Romanos	6.000 Lusitanos
Lívio (39,30-31)	185 a.C.	Dipo e Toletum (Toledo)	Quíncio Crispino e Calpúrnio Pisão	Lusitanos	5.000 Romanos
Lívio (39,30)	184 a.C.	Norte do Tejo	Quíncio Crispino e Calpúrnio Pisão	Romanos	

Lívio (40,34,1)	179 a.C.		Postúmio Albino	Romanos	
-----------------	-------------	--	-----------------	---------	--

Em termos numéricos a tabela anterior demonstra que o número de perdas humanas entre os lusitanos nos primeiros dez anos foram superiores a 36.000 indivíduos e entre os exércitos romanos republicanos superiores a 11.000, números provavelmente pouco precisos e que procuravam mais testemunhar um predomínio vitorioso por parte das legiões romanas do que apresentar elementos qualificativos do tipo de guerra praticada.

Das sete campanhas analisadas os exércitos romanos triunfaram por cinco vezes contra duas vitórias dos exércitos lusitanos, estando assim mais uma vez em clara evidência o êxito militar romano para esta fase do conflito.

De salientar que para esta fase mais recuada o palco dos confrontos é já maioritariamente na actual região Espanhola da Andaluzia, factor que se irá manter nas fases posteriores, evidenciando que as incursões por parte das populações lusitanas eram prática comum já em 194 a.C., sendo inclusive o primeiro episódio em análise designado por “saque” á cidade *Ilipa*.

Lúcio Emílio Paulo representa o general responsável pelo maior número de baixas infligindo a exércitos lusitanos entre 194 e 133 a.C. O valor numérico de perdas humanas é sempre muito difícil de determinar para exércitos que não sejam compostos por uma organização numérica rigorosa, bem como pelo número de feridos em combate que acabariam por morrer *á posteriori*. Sendo por essa razão mais fácil de aceitar os dados referentes a baixas para os exércitos romanos, que podiam ser enquadrados na totalidade de uma legião manipular.

De todos estes dados referidos pelas fontes, destacamos os que mais evidentemente reportam questões de ordem estratégica. Com base nesses testemunhos iremos analisar em detalhe alguns elementos: o “saque” de *Ilipa* e as campanhas de 185 e 184 a.C., situações que permitem, já nesta fase mais antiga, uma caracterização das estratégias de combate de uma e de outra parte.

2.1.1 O “saque” de Ilipa

A primeira descrição de uma campanha militar romana contra lusitanos é descrita após o saque de uma região já pacificada. Desde o primeiro momento, Tito Lívio assume uma posição clara em relação à legitimidade do confronto contra lusitanos.

Lívio procura descrever desde o primeiro momento, bandos de lusitanos, como salteadores que pilhavam ricos e ordeiros territórios (Alberto, 1996, 17).

O papel dos contingentes militares romanos consiste, nesta perspectiva, em actuar em favor da justiça, pois após a vitória dos mesmos sobre os salteadores, o saque é devolvido às populações³. Esta linha de raciocínio desvaloriza por completo a presença armada de um contingente militar romano, tornado este um elemento possuidor de legitimidade para combater o saque praticado por bandos de lusitanos.

O papel civilizador da presença romana está tão presente no texto de Lívio, que não existe sequer necessidade de justificar a comparência das legiões romanas em territórios ibéricos. Este factor é de tal forma determinante que a historiografia moderna ainda aceita uma posição menos “salteadora” á presença romana, ofuscando-se a ideia de que também estes estavam em campanha militar, mesmo quando esta era resolvida através de uma boa gestão diplomática, de acordo com os interesses das chefias locais e os seus próprios objectivos.

O primeiro confronto descrito por Lívio⁴ ocorre após o saque levado a cabo por lusitanos, na região de *Ilipa*. O historiador refere que “*atacaram uma longa coluna, acompanhada por muitos rebanhos de gado e seus soldados mais frescos que o inimigo cansado pela longa marcha*”.

3

Este papel é reforçado, pela devolução do saque aos habitantes locais, ficando o exército romano apenas com espólio que não havia sido reclamado e os lucros da sua venda divididos entre os soldados.

4

Tito Lívio *História* (35,1,4)

Cipião, segundo as palavras de Lívio, aproveitou a oportunidade certa para o ataque, utilizando o cansaço do inimigo que se encontrava em marcha carregado, com os produtos que haviam saqueado. No entanto e após um dia inteiro de luta, o general romano viu-se obrigado a fazer promessas de jogos a Júpiter, dadas as inúmeras dificuldades que os lusitanos lhe colocavam⁵.

Outro testemunho importante sobre este primeiro confronto é o resultado final após a intervenção romana: “*O conjunto do espólio pilhado foi colocado na frente das portas da cidade e os seus proprietários autorizados a reivindicar a sua propriedade*”⁶

Estes conjuntos de testemunhos permitem claramente identificar a imagem que se pretendia difundir em Roma sobre os lusitanos e o papel regulador dos romanos. Do ponto vista estratégico é possível observar que houve já neste primeiro confronto uma tentativa de tornar claro alguns factores que levaram ao sucesso de Cipião, destacando-se principalmente o cansaço do inimigo.

2.1.2 As campanhas de 185 e 184 a.C.

Importa esclarecer que Tito Lívio refere o termo “hispanos”, mas que pela análise dos títulos obtidos pelos pretores após o conflito com os ditos “hispanos”, estaríamos na presença de lusitanos e celtiberos (Alberto, 1996, 20).

As campanhas de 185 e 184 a.C. não muito longe de *Dipo* e *Toletum*⁷ representam um testemunho muito interessante sobre o confronto entre romanos e populações indígenas (lusitanos, vetões ou celtiberos).

5

Tito Lívio *História* (35,1,8)

6

Tito Lívio *História* (35,1,11)

7

Dipo ainda desconhecido e Toledo

O palco principal do confronto dá-se em ambas as margens do rio Tejo, pela própria geografia das batalhas anteriores parece evidente associar romanos à margem mais a sul e povos indígenas à margem norte⁸, todas as menções de travessia do Tejo vão no sentido de sul-norte, o mesmo se passa com outros rios atlânticos (Vilatela, 2000,99).

Este confronto ocorre a vinte quilómetros do rio Tejo e tem duas fases distintas, as primeiras campanhas ocorrem provavelmente a sul do rio Tejo e resultam numa vitória para os indígenas, o maior domínio das condições do terreno bem como um número significativo de efectivos por parte de indígenas, provavelmente lusitanos e celtiberos, obriga a retirada forçada por parte dos dois exércitos romanos comandos por Lúcio Quíncio Crispino e Gaio Calpúrnio Pisão.

Primeiro refugiam-se no acampamento militar, no entanto o provável número elevado de guerreiros obriga a uma nova retirada pela calada da noite, abandonando assim o seu próprio acampamento militar.

Na manhã seguinte o saque por parte de lusitanos e celtiberos representa a confirmação da vitória do dia anterior e consequente fuga dos dois exércitos para territórios que estivessem sobre o seu domínio.

Alguns dias depois, com a chegada de prováveis reforços, os generais investem novamente. No entanto, desta vez, na outra margem do rio, procuram uma zona de planície que lhes fosse claramente mais favorável.

Tito Lívio descreve-nos que conseguiram atravessar o rio Tejo⁹ em dois grupos e que os indígenas observaram este movimento, mas não procederam a nenhum tipo de

8

Os centuriões T. Quintílio Varo e L. Juventius, pedem ao seus soldados entrega total caso desejassem regressar vivos á outra margem do tejo e depois a Roma. Sugerindo de forma clara que mais a sul estariam mais perto de casa.

9

Ibidem

ataque. Na margem norte do rio Tejo em terreno aberto estes dois grupos voltam-se de novo a juntar e ao centro formam a sua principal força composta pela quinta legião de Calpúrnio Pisão e a oitava de Lúcio Quíncio Crispino, as suas mais importantes legiões. Após esta sequência de acontecimentos, finalmente lusitanos e celtiberos decidem descer da colina onde estavam instalados e começar a ofensiva. Lívio descreve-nos uma ofensiva com formação em cunha¹⁰ tentando assim furar este bloco central composto pelas principais legiões romanas, perante esta ofensiva, os pretores irão ter um papel decisivo na batalha, partindo para a linha da frente e gritando palavras de ordem, este acto terá tido sido determinante na motivação dos centuriões, criando um ambiente de entrega total, numa batalha este elemento pode ser o mais determinante de todos. Centuriões incentivaram os seus porta estandartes a avançaram com determinação, demonstrando a todos que estavam a conquistar terreno sobre o inimigo. A moral das tropas terá subido significativamente, vencendo de forma estrondosa a que Lívio acrescenta ainda o relato das pesadas baixas que sofrem os povos indígenas.

As condições do terreno, um exército numeroso e uma capacidade de liderança forte podem estar na resolução favorável do conflito para os romanos, que com este triunfo seriam recebidos em Roma como heróis, triunfando contra um grande grupo de indígenas. E já na margem norte do rio Tejo, denunciam um intuito de conquista que viria a ser comprovado anos mais tarde.

Após estes acontecimentos existe uma ausência de testemunhos, o que pode corresponder a um período de menor confronto. Os manuscritos de Tito Lívio fornecem poucos detalhes sobre as campanhas: apenas a passagem de Semprônio Graco e Lúcio Postúmio Albino, tendo estes triunfando sobre os lusitanos, sendo que, Semprônio Graco nos surge associado a uma política de tratados de paz entre as populações hispânicas, bem como a focalização de exércitos romanos em outras zonas do mediterrâneo, podendo

10

Ibidem

assim estes elementos corresponder a um período relativamente desconhecido entre 173 e 155 (Alberto, 1996, 21).

Para Jorge de Alarcão este factor deveu-se a ausência de livros de Tito Lívio sobre os testemunhos das guerras da Hispânia durante este período, conhecendo-se apenas vagamente alguns confrontos registados em 163 a.C. (Alarcão, 1988, 17).

2.1.3 Ausência de referência a líderes lusitanos

O desconhecimento, por parte das fontes antigas, dos nomes dos líderes lusitanos antes de 155 a.C., resulta de uma abordagem focada noutros confrontos para este período da historiografia romana. Diferentes evidências materiais têm corroborado a ideia de que em muitas sociedades pré-romanas a guerra representava fenómeno de grande importância social (Almagro-Gorbea e Lorrio, 2004, 74). Alguns testemunhos arqueológicos têm demonstrado sociedades onde o armamento, para além de evidente, apresenta indícios de concepção e utilização bastante elaboradas, definindo comunidades que lhes dedicavam boa parte do seu tempo, e tendo esse fenómeno um impacto social, militar e religioso. As armas representariam também, naturalmente, factores chave para a sobrevivência dos indivíduos.

A quando dos primeiros testemunhos literários sobre os lusitanos, estaríamos já na presença de indivíduos fortemente identificados com o seu armamento e com a funcionalidade do mesmo, o que representaria, por si só, um valor chave na “arte” da guerra.

No período entre 194 a. C. a 155 a. C. estamos perante um confronto com indivíduos que evidentemente teriam referências militares. O testemunho de Diodoro é bastante sugestivo sobre a forma de guerra já praticada pelos lusitanos antes da presença romana: “*alcançando a idade adulta, os que possuem mais recursos, que sobressaem pelo vigor dos seus corpos e possuindo mais valores e armas, reúnem-se no cimo dos montes onde fazem bandos numerosos que percorrem a Ibéria*”¹¹.

11

Diodoro *Biblioteca Histórica* (5, 34, 6)

Diodoro distingue uns indivíduos de outros, quer pelo seu aspecto físico quer pelo aspecto material, estamos perante a descrição de indivíduos a quem podemos chamar de “caudilhos” ou “heróis armados”, mesmo ainda antes de Púnico ou Viriato.

A identificação de vários exemplares de estatuária castreja, representando indivíduos armados, não só sugere a presença de figuras tutelares, como evidencia a importância social do confronto, mesmo que alguma desta estatutária seja já de período mais tardio, representa um sugestivo testemunho de culto a um indivíduo armado (Silva, 1986, 92; Tristão 2012, 144).

Os depoimentos literários que registam a presença de mercenários oriundos da Península Ibérica desde o século V a.C. nos exércitos cartagineses e gregos, vai ao encontro de várias evidências arqueológicas, para comunidades ou grupos de indivíduos fortemente armados e ligadas á “arte” da guerra, muito antes da presença romana.

2.2 As Campanhas de 155 a 149 a.C. (Fase II)

Para a fase intermédia do conflito, temos os primeiros registos de indivíduos a comandar as hostes lusitanas, o ano de 155 a.C. é de tal forma significativo que é tido como o início das denominadas “Guerras Lusitanas” (Guerra, 2010, 88).

Os testemunhos de Apiano referem já a presença de caudilhos lusitanos, essa marca a grande diferença para os depoimentos anteriores, evidenciando uma fase intermédia no conflito em que já existe uma liderança referenciada pelas fontes, mas ainda não tão impar como a que se seguiu com a presença do caudilho Viriato.

A documentação sobre a guerra apresenta novos dados, surgem referências ao número de efectivos para exércitos romanos republicanos, como o número de baixas por campanha,

Para o intervalo de 155 a 150 a.C. temos um total superior a 28.000 baixas para o lado romano o que representa o número muito elevado se comparado com o da fase

anterior (11.000 baixas). Para o lado lusitano são atribuídas 34.000 perdas humanas, no total das oito campanhas, valor que se mantém próximo do anterior (36.000 baixas).

Estes números parecem sugerir um crescimento no envio de tropas romanas republicanas para a Península Ibérica e uma participação em larga escala por parte das comunidades do ocidente hispânico, referidos como lusitanos e vetões.

Os palcos das campanhas continuam a ser na sua maioria a sul do rio Tejo e a sul do rio Guadiana, sendo que não foram ainda identificadas importantes cidades como *Oxtracai* ou *Conistorgis*¹², a primeira referida como a mais importante cidade dos lusitanos e a segunda como a capital dos cónios. Em termos da localização destas duas cidades parece-nos verossímil que se situassem junto das margens do Tejo ou do Guadiana.

Destes elevados números de efectivos e baixas, bem como da realização de campanhas militares junto de importantes núcleos indígenas, podemos estar na presença de alianças que se estendiam a lusitanos, vetões, célticos, como resposta a uma presença militar romana bastante numerosa, superior a 48.000 efectivos para cinco anos de campanhas. Também para as “Guerras Celtibéricas” Apiano nos descreve a presença de exércitos indígenas de 25.000 indivíduos, provavelmente conciliados, entre Belos, Titos, Arévacos e Numantinos (Quesada-Sanz, 2006, 152).

Em termos demográficos têm sido feitos ensaios para a realidade peninsular celtibérica (Almagro-gorbea, 2001,50; Lorrio 1997, 93; Quesada-Sanz, 2006,152), procurando identificar o número de habitantes por metro quadrado em povoados de grandes e médias dimensões, bem como a percentagem de indivíduos que praticavam na guerra. As estimativas demográficas com bases em testemunhos arqueológicos podem por vezes encerrar limitações tão significativas como as das fontes literárias.

12

Medelin, seg. German Rodriguez Martin, 2009, Las guerras lusitanas

Segundo Valério Máximo, no massacre de Galba de 150 a.C. estariam presentes 8.000 indivíduos que representavam a *flos iuventutis* e que corresponderiam a três cidades, numa percentagem de um elemento dessa *flos iuventutis* para cada cinco indivíduos, (Alarcão, 2001, 323; Almagro-Gorbea, 2001, 49) estes dados totalizavam 40.000 indivíduos para três das cidades mais importantes da Lusitânia pré-romana, Jorge de Alarcão atribuiu uma população de 120.000 indivíduos a nove cidades lusitanas em 150 a.C.

No âmbito deste trabalho importa reter elementos estratégicos descritos nas fontes, e o número de efectivos é uma condicionante na própria estratégia utilizada. Ainda assim, não podemos afirmar se os dados literários correspondem a dados próximos da realidade da densidade demográfica de lusitanos, mas eventualmente de uma participação significativa de vários indivíduos de cidades e regiões que vão para além das denominadas cidade lusitanas, podendo corresponder a aglomerados populacionais já de âmbitos vetónico, céltico ou cónio.

Fase II (155 – 149 a.C.)							
Fonte	Ano	Local	Efectivos	Líderes romanos	Líderes Lusitanos	Vencedores	Baixas
Apiano (56)	155 a.C.	Guadalquivir		Mânio Manflio	Púnico	Lusitanos	6.000 Romanos
Apiano (57)	154 a.C.		14.000 Romanos	Lúcio Múmio	César	Lusitanos	9.000 Romanos
Apiano (57)	153 a.C.		5.000 Romanos	Lúcio Múmio	César	Romanos	
Apiano (57)	153 a.C.	Ocilis	9.500 Romanos	Lúcio Múmio	Cauceno	Romanos	15.000 Lusitanos
Apiano (58)	152 a.C.	Oxtracai		Marco Atílio		Romanos	700 Lusitanos
Apiano (58)	151 a.C.	Carmona		Galba		Lusitanos	7.000 Romanos
Apiano (59)	150 a.C.	Conistorgis	20.000	Galba		Romanos	4.000

			Romanos				Lusitanos
Apiano (59)	150 a.C.	Cádiz		Galba		Romanos	15.000 Lusitanos

2.2.1 Lusitanos e Vetões

A questão sobre a proximidade cultural e étnica entre estes dois grupos tem sido debatida por vários investigadores dos dois lados das actuais fronteiras entre Portugal e Espanha e a esta temática têm sido dedicados muitos estudos e ensaios¹³.

Lusitanos e Vetões parecem estreitamente relacionados pelas suas características etno-culturais e localização geográfica. O seu estudo muitas vezes foi feito em separado por razões historiográficas associadas a uma identidade histórica moderna, o que tem dado lugar a que passasse mais despercebida a proximidade destes dois povos (Almagro-Gorbea, 2009, 15).

Importa referir que as fronteiras entre estes dois grupos nos parecem ténues. Para além das fontes clássicas, também testemunhos arqueológicos e onomásticos têm demonstrado isso mesmo. A noção efectiva do fim de um espaço cultural e o início de outro está mais assente em conceitos criados por pessoas externas às próprias culturas, que as tentam caracterizar. Persistem ainda, por parte de alguma historiografia actual, limitações na análise da questão, que assentam nas noções de fronteira herdadas por uma identidade histórica muito posterior às populações em causa.

Ainda sobre a fronteira entre território de vetões e lusitanos, têm sido muitos os investigadores que assumiram como certa a localização exacta de algumas cidades referenciadas por Ptolomeu, delimitando assim um território vetónico numa zona mais oriental da Lusitânia, não tendo em conta que, para a cartografia moderna, a localização destas cidades é desajustada (Guerra, 2010, 94).

13

Roldán 1968-69, p. 100 ss.; Tovar 1976, 202; Sayas e López 1991, 75-80; Guerra 1998, 802-809; Álvarez-Sanchís 1999: 321-328; Salinas 2001, 41-52; Almagro-Gorbea, 2009, 15-44

As variações das fronteiras dos lusitanos alteraram-se ao longo de diferentes períodos, representando movimentos de expansão e contracção (Almagro-Gorbea, 2009, 18). A tarefa de precisar as fronteiras destes dois grupos tem dado lugar a um debate no qual os diferentes autores utilizaram argumentos mais ou menos válidos segundo as suas próprias investigações. No âmbito desta dissertação procurar-se-á compreender o fenómeno militar que ficou denominado como “Guerras Lusitanas” onde o testemunho de lusitanos e vetões a combater lado a lado não podia deixar de ser referenciado, tendo em vista dar um pequeno contributo para a reflexão sobre os mesmos.

O elo de ligação entre estes dois grupos pode surgir eventualmente da necessidade de dar resposta ao perigo cada vez mais significativo da presença romana junto dos seus povoados.

Numa determinada fase das guerras lusitanas, mais precisamente entre 155 e 154 a.C. e após a vitória de Púnico, Apiano refere incursões de Lusitanos e Vetões que se estendem até ao oceano. Sobre os lusitanos refere (56) que “*uniram o seu exército com os vetões*”¹⁴, combatendo contra o povo vassalo de Roma, os blastofenícios¹⁵.

Sobre os números do confronto de Púnico contra os romanos, temos a referência a um total de 6.000 baixas para o exército romano. Também no mesmo período Apiano testemunha que o mesmo número de baixas ocorreu na primeira batalha contra as populações de Segeda¹⁶. Este montante de seis mil parece representar um número padrão, tratando-se eventualmente uma ou duas legiões.

14

Apiano *Iber* (56)

15

Povos aliados de Roma, colonos introduzidos na península ibérica pelo exército cartaginês de Anibal, sendo estes também oriundos do norte de Africa, Apiano (56).

16

Capital dos Belos, “Guerras Celtibericas”, actual Mara, Zaragoza

Políbio (6,20, 8-9) informa-nos que a dimensão tipo de uma legião podia oscilar entre os 4.200 soldados a 5.000, a que se juntariam aproximadamente 300 cavaleiros. Os trabalhos de Roth Hildinger¹⁷ sugerem que uma legião republicana em campanha podia oscilar entre 3.000 e os 6.000 soldados e entre os 200 a 400 ginetes, sendo que, o tamanho de cada legião podia variar de campanha para campanha.

Segundo Quesada Sanz¹⁸ a totalidade de um exército consular, composto por várias legiões, podia variar entre os 16.000 e os 20.000 soldados e 1.600 e 3.200 ginetes, Sendo constituído por romanos e itálicos, aos quais seriam acrescentadas, em alguns casos, tropas auxiliares indígenas, podendo atingir o número de 30.000 soldados. Este montante é referenciado por Apiano no confronto que opôs os exércitos Celtiberos de Caro¹⁹ ao exército romano Nobilior em 153 a.C.

2.2.2 O ano de 153 a.C.

Após a morte de Púnico com um ferimento na cabeça²⁰, surge a referência ao novo caudilho lusitano, César.

17

Roth 1994, 347; Hildinger 2002, 21

18

Quesada Sanz (2006, 152)

19

Líder Celtibero

20

Apiano *Iber* (56)

Sobre o primeiro confronto em que este se envolve, Apiano refere 9.000 baixas para o lado romano, que teriam resultado de um erro estratégico de Múmio ao perseguir os lusitanos de modo desordenado²¹.

Alguns autores têm referido este momento como um dos mais significativos para a estratégia utilizada por lusitanos de “fingimento da fuga e regresso repentino ao combate, (J.L. Vaz, 2007, 127), “fuga simulada” (Alberto, 1996, 24). No entanto, esta estratégia de contra-ataque não é assim tão evidente na fonte clássica, “*Múmio perseguiu-os de forma desordenada, girou sobre os seus próprios passos aniquilando nove mil homens.*”²² Apiano precisa-nos a falha de Múmio, mas não refere qualquer opção estratégica tomada por César ou pelos lusitanos, ainda que possa corresponder a uma movimentação estratégica lusitana, supondo até a presença de um ou vários grupos armados numa posição mais recuada e justificando a fuga simulada, não temos ainda para esta fase essa descrição por parte de Apiano.

Os números sugeridos por Apiano para o caso das guerras lusitanas de 153 a.C. tornam-se de difícil escrutínio. São tidos, todavia, como números exageradamente altos: 9.000 mil baixas e 5.000 sobreviventes, correspondendo a um total de 14.000 efectivos, o que implicaria uma percentagem de 64% de baixas, mais de metade dos efectivos. Eventualmente o desejo de Apiano em reforçar o erro estratégico de Múmio levou-o a atribuiu um número tão elevado de perdas.

21

Ibidem

22

Ibidem

Podemos também interpretá-los como consequência de uma presença significativa de tropas indígenas, tanto das comunidades tidas como lusitanas, como também vetónicas, mantendo estas alianças estratégicas para levar de vencido as tropas romanas.

Segundo Apiano, armas e vários estandartes de Múmio foram roubados e ridicularizados por toda a Celtibéria. A demonstração por toda a Celtibéria parece ser um acontecimento com maior carga simbólica do que verídica, o roubo de estandartes representaria uma humilhação para as legiões ali presentes.

Apiano refere, logo de seguida, que os 5.000 sobreviventes recuperaram alguns dos seus estandartes e venceram os lusitanos.

No mesmo ano Nobilior, sofre pesadas derrotas consecutivas contra celtiberos, Apiano relata-nos quatro derrotas consecutivas e números de baixas superiores a 10.000 romanos, inclusive a mudança de posição por parte da população da cidade de *Ocilis*, cidade que havia sido atacada por um grupo de lusitanos.

Já o grupo de lusitanos comandados por Cauceno surge-nos referido como “*Os lusitanos do outro lado do rio Tejo e que já estavam em guerra com os romanos*”²³.

Este outro lado do Tejo a que se refere Apiano parece indicar a margem norte, (Vilatela, 2000, 99; Alarcão, 2003; 311), coexistindo assim dois grupos lusitanos, os de César e os de Cauceno, uns de um lado do Tejo e outros do outro.

O grupo a mando de Cauceno parte para sul e triunfa sobre os Cónios, conquistando a cidade de *Conistorgis* atravessando depois o Oceano, dominam territórios no norte de África.

Estes dois caudilhos de diferentes grupos armados de lusitanos testemunham já uma visão fragmentada de um território onde diferentes líderes e diferentes comunidades detinham visões díspares sobre os seus próprios desígnios e os das suas populações.

23

Apiano, *Iber*, 57

Estes grupos ou comunidades designados como lusitanos ou vetões representam um vastíssimo território composto por organizações populacionais que eventualmente perpetuavam mais a diferença do que a semelhança com as populações vizinhas.

As heranças culturais herdadas do Bronze Final e da Idade do Ferro, permaneceriam nas organizações sociais e hierárquicas destas populações a que historiadores gregos e romanos iriam denominar de lusitanos.

A presença de dois caudilhos e duas frentes de combates de um lado e do outro do Tejo testemunha uma abordagem mais próxima da organização social destes grupos de indivíduos, que eventualmente combateriam lado a lado em função de um conjunto de factores diferentes, mas que poderiam seguir diferentes grupos, não correspondendo a um exército exclusivo. Não existe seguramente uma ideia de nação, correspondente a uma grande unidade étnica e cultural; mas uma situação de autonomia de comunidades maiores do que simples povoados isolados.

Algum tempo depois destes acontecimentos Lúcio Múmio dispôs de um grupo de 9.000 homens e 500 ginetes, iniciando também uma campanha no norte de África contra um grupo de lusitanos. Os números de Apiano atestam um massacre infligido ao grupo comandado por Cauceno, 15.000 baixas, “*todos haviam sido mortos*”²⁴. Estes números parecem testemunhar mais uma vez um número elevado de efectivos nas hostes lusitanas.

Em 152 a.C. Múmio entra em Roma triunfante, ao contrário de Nobílior que persiste em continuar na Península Ibérica durante todo o Inverno, enfraquecendo ainda mais as suas legiões.

2.2.3 Sérvio Sulpício Galba

Em termos militares, o relato correspondente à primeira movimentação de Galba na Península Ibérica refere que o mesmo percorreu, junto com as suas legiões, quinhentos

24

Apiano, *Iber*, 58

estádios²⁵, ficando diante dos lusitanos a norte de Carmona. Este percurso foi feito apenas num dia e numa noite, combatendo de seguida os lusitanos.

O esgotamento e perseguição desenfreada correspondem a elementos chave no desfecho deste primeiro confronto entre Galba e os lusitanos. Apiano é claro quando refere que o aproveitamento dos lusitanos foi feito em virtude de uma estratégia errada de Galba, atacando estes um exército exausto.

Já anteriormente Tito Lívio havia referido, no saque de Ilipa, que o cansaço provocado pela marcha após o saque da cidade correspondeu a uma boa oportunidade para o ataque das tropas romanas. Ficando assim evidente que o aproveitamento do cansaço do inimigo era uma estratégia utilizada quer por romanos como por lusitanos.

Após esta derrota, Galba refugia-se Carmona, partindo depois para *Conistorgis* onde iria passar o inverno e conseguir reunir um grupo de 20.000 homens.

Entretanto Lúcio Lúculo governador da Citerior também trava combates com lusitanos e impõe pesadas derrotas a estes. Apiano refere inclusive a entrada de Lúcio Lúculo pelo interior da Lusitânia conquistando e devastando populações. Esta forma de guerra tinha consequências mais danosas do que as habituais incursões militares praticadas pelos lusitanos.

A necessidade de um acordo com os governadores romanos surge de forma previsível e natural em função do desgaste e das consequências da guerra. Os insucessos iriam forçar os lusitanos a propor a paz (Alarcão, 1988, 18).

2.3 Campanhas de 149 a 137 a.C. (Fase III)

Esta fase do conflito representa uma grande mudança em relação aos confrontos anteriores, o número de efectivos é mais detalhado, as descrições das estratégias

25

Segundo Donald Engels, o estádio romano media 185 m. Donald Engels, "The Length of Eratosthenes' Stade", The American Journal of Philology, Vol. 106, No. 3 (Autumn, 1985), p. 309.

utilizadas são mais precisas principalmente pela necessidade de caracterizar a capacidade belicista de Viriato e seus homens.

Esta fase é sem dúvida caracterizada pela presença do caudilho Viriato, e uma senda de vitórias muito significativa para os lusitanos, em onze campanhas triunfaram por seis vezes, obrigando à presença de exércitos consulares para combater as hostes lusitanas.

Os números referidos por Apiano são agora mais reduzidos, eventualmente mais próximos de dados próximos da realidade, que ainda assim, testemunham exércitos lusitanos compostos por mais do que 6.000 indivíduos e romanos republicanos de 20.000 homens, não existem dados referentes ao número de baixas do lado dos lusitanos, e o número de baixas por parte nos contingentes militares romanos é de 13.000, bastante inferior ao das fases anteriores.

Os palcos de confronto estendem-se agora até norte do rio Tejo, apesar dos testemunhos evidenciarem uma fase vitoriosa para as hostes lusitanas, as legiões combatem cada vez mais a norte, existindo pela primeira vez referência a calaicos, já na fase final da resistência de Viriato.

Pela figura mítica de Viriato e pelos seus contributos militares, a fase III das guerras lusitanas representa um dos períodos a que foi dedicado um maior número de trabalhos, sendo esta fase habitualmente apontada como o período áureo das guerras lusitanas, menosprezando-se assim as informações sobre as guerras lusitanas que temos anteriores a esta fase.

Para este período detemos um notável repositório de informação que não tem paralelo, em qualquer outro período da presença romano no ocidente peninsular (Fabião, Guerra, 1997, 35).

Fase III							
Fonte	Ano	Local	Líder romano	Líder lusitano	Vencedores	Efectivos	Baixas
Apiano (62)	147 a.C.	Urso e Tribola	Gaio Vetúlio	Viriato	Romanos	10.000 Lusitanos 10.000 Romanos	4.000 Romanos
Apiano (62)	147 a.C.	Carteia	Questor nomeado após morte de Vetúlio	Viriato	Lusitanos		6.000 romanos 5.000 Belos e Títos
Apiano (62)	146 a.C.	Carpetânia	Vitórias do grupo armado de Viriato sobre as populações locais				
Apiano (62)	146 a.C.	Monte Afrodite	Gaio Pláucio	Viriato	Lusitanos	10.000 soldados 1.300 cavaleiros romanos	4.000 Romanos
Apiano (62)	145 a.C.	Segóvia e Segobria	Claudio Unímano	Viriato	Lusitanos		Todo o exército
Apiano (65)	144 a.C.	Tucci, Baecula	Fábio Máximo Emiliano	Viriato	Romanos	15.000 Romanos	
Apiano (65)	143 a. C.		Quinto Cecílio Metelo	Viriato	Romanos		
Apiano (65)	143 a.C.	Tucci	Quinto Cecílio Metelo	Viriato	Lusitanos		1.000 Romanos
Apiano (65)	142 a.C.		Quinto Cecílio Metelo	Viriato	Lusitanos		
Apiano (68)	142 a. C.	Tucci	Fábio Máximo Serviliano	Viriato	Lusitanos	18.000 Soldados e 1600 cavaleiros romanos dez elefantes e 300 cavaleiros de Micipsa / 6000 Lusitanos	3.000 Romanos
Apiano (68)	141 a.C.		Fábio Máximo Serviliano	Cúrio e Apuleio	Romanos	10.000 Lusitanos	
Apiano (69)	140 a.C.	Tratado de Paz					
Apiano (70)	139 a.C.	Arsa	Quinto Servílio Cepião	Viriato	Romanos		
Apiano (62)	139 a.C.	Morte de Viriato					

2.3.1 “Viriato” o nascimento de um mito

Dois anos após o massacre de Galba, Apiano relata-nos um episódio marcante e que está na origem deste novo período, com características bem distintas das anteriores.

Em 147 a.C. recomeçam as incursões lusitanas na Turdetânia. Perto de Urso²⁶ as tropas recém chegadas de Gaio Vetílio irão defrontar um grupo de lusitanos. Os números de Apiano são curiosos, pois apresentam igual valor para os ambos lados do conflito, totalizando 20.000 homens. Mais do que analisar a precisão dos números, importa compreender o seu carácter esquemático, evidenciando uma eventual aproximação das exigências humanas para ambos os lados do conflito

Nesta fase do conflito surge-nos um testemunho chave para o desenrolar da resistência lusitana. Gaio Vetílio, após levar de vencida grande parte das hostes lusitanas, impõe um cerco aos restantes sobreviventes: *“forçou os restantes a refugiaram-se num local onde, se permanecessem se arriscavam forçosamente a morrer de fome”*²⁷. Vetílio soube, nesta fase, tirar partido das particularidades do terreno, demonstrando engenho estratégico e uma metodológica que é muitas vezes associada aos exércitos de guerrilha, mas que também os exércitos republicanos praticavam. Este cerco pode ter ocorrido num amplo vale, com as duas saídas bloqueadas por contingentes militares romanos (Alarcão, 1988, 19), ou eventualmente entre duas escarpas de grandes dimensões, comuns na região onde decorriam grande parte das campanhas militares.

Cercados, sem provisões e sem fuga possível, os lusitanos viram-se obrigados a enviar soldados com ramos de oliveira para negociar uma rendição, pedindo um território para habitar e garantindo que *“partir daquele dia obedeciam aos Romanos em todas as*

26

Actual Osuna, Segundo Tovar (1974), p.128

27

Apiano, *Iber*, 61

circunstâncias”²⁸ a proposta foi aceite por Vetúlio, concedendo-lhes terras em troca da rendição.

Neste contexto, Apiano relata-nos um episódio carregado de simbolismo, dando à figura de Viriato uma importância fundamental no desenrolar dos acontecimentos.

Após o regresso dos negociadores, uma voz se insurge, lembrando as promessas por cumprir dos antecessores de Vetúlio, inclusive o massacre recente de Galba e Lúculo. Viriato garante ter a saída para os salvar daquele cerco, “*excitados pelas esperanças sugeridas, escolheram-no como chefe*”²⁹

É difícil de determinar a veracidade deste momento na eleição de Viriato enquanto chefe, até porque outras fontes como Diodoro referem que já antes deste confronto contra Vetúlio, Viriato seria o líder das hostes lusitanas³⁰.

Sobre estratégia utilizada por Viriato Apiano deixa-nos um testemunho chave, “*Alinhou-os todos em formação de combate, e ordenou que, quando ele montasse a cavalo, dispersassem em todas as direcções e fugissem, o melhor que pudessem, por caminhos diversos, para a cidade de Tríbola, esperando aí por ele. Escolhendo apenas mil homens, ordenou-lhe que ficassem junto de si.*”³¹ Vetúlio perante este cenário optou por perseguir Viriato. No entanto, os rápidos cavalos lusitanos e a ligeireza do seu

28

Ibidem

29

Ibidem

30

Diodoro *Biblioteca Histórica* (5, 35, 6)

31

Apiano, *Iber*, 62

armamento permitiram uma constante estratégica de fuga por vários dias, dando tempo a que os restantes lusitanos, na cidade de Tríbola, se reorganizassem. Surge aqui uma clara indicação, por parte de Apiano, da estratégia de fuga simulada de Viriato, revelando um forte engenho estratégico, de tal modo que conseguiu sair do cerco. “*Este estratagemas, ao ser conhecido por todas as populações bárbaras em seu redor, elevou a sua reputação, e muitos foram os que vindos de toda a parte, se juntaram a ele*”³². Nascia assim, com Viriato, o conhecido “estratagemas” de fuga simulada.

Este é sem dúvida um momento chave na história das guerras lusitanas: a nomeação de Viriato como líder, conseguindo sobreviver a um cerco e infligindo *a posteriori* uma pesada derrota a Vetúlio, partindo de um ponto partida de clara inferioridade. Sustenta-se nisto o nascimento de um mito e, assim, onde Viriato discursa perante os seus pares é nomeado líder.

No ano seguinte entra em cena Gaio Pláucio. Apiano relata-nos uma atitude ofensiva por parte de Viriato e seus homens, que “*devastavam*” a região da Carpetânia. O testemunho de Apiano parece sugerir como que uma resposta em virtude destes ataques, justificando de alguma forma o envio por parte de Roma de um contingente de dez mil homens e mil e trezentos ginetes, sob o comando de Gaio Pláucio³³.

Nesta fase da narrativa, em que Viriato representa já o principal foco das guerras lusitanas, Gaio Pláucio é derrotado de forma muito semelhante ao seu antecessor, ainda que para este confronto existam menos detalhes. A estratégia de fuga simulada representa um *modus operandi* trivial de Viriato e de seus homens.

32

Ibidem

33

Apiano, Iber, 64

Após esta importante vitória, Viriato atravessa o rio Tejo e estabelece-se num monte coberto de oliveiras³⁴. A presença efectiva de lusitanos comandados por ele a norte do Tejo é uma evidência, bem como o estabelecimento de um acampamento nesse mesmo monte. A ideia de Viriato ser oriundo de um território a sul do Tejo deu lugar, na historiografia actual, a um debate de difíceis contornos. Segundo Pérez Vilatella, parecem não existir grandes dúvidas, pois estes lusitanos representam os sobreviventes do massacre de Galba, claramente identificado como populações a sul do Tejo, (Vilatella, 2000, p. 102), de igual modo o teatro de operações das guerras lusitanas durante o período de Viriato é maioritariamente a sul do Tejo, e as estratégias utilizadas pelo mesmo denunciam o conhecimento efectivo da região.

Neste local ocorre um novo confronto contra Plaúcio, sendo este mais uma vez derrotado. Esta derrota teria um tal impacto, que o mesmo decidiu invernar ainda em pleno verão, não tomando nenhum tipo de iniciativa contra Viriato, o que Diodoro apresenta como a razão que o levaria inclusive ao exílio.

As vitórias consecutivas de Viriato levaram a que o mesmo comesse a ganhar uma reputação cada vez maior, obrigando mesmo alguns ricos proprietários a contribuir com as colheitas evitando assim serem atacados. Apiano começa cada vez mais a criar uma história em torno da figura de Viriato, o conhecimento e descrição deste tipo de comportamento reflecte a necessidade literária na narrativa desta história.

Os ataques de Viriato são referidos também por Orósio (5,4, 5) e Floro (1,33,16) especificando a ofensiva contra duas cidades, Segóvia e Segóbriga, e também a vitória sobre o pretor da Citerior, Cláudio Unimano, o qual perdeu todo o seu exército e os estandartes que são depois exibidos por diferentes regiões da Lusitânia.

Estamos perante um conjunto descrições que permitem considerar este líder lusitano como um chefe militar que praticou feitos extraordinários. Ainda que alguns

34

Monte Afrodite, Apiano *Iber* (64), Segundo Alarcão (1988) Serra de São Pedro entre Cáceres e Badajoz.

destes dados sejam de confirmação difícil, os elevados números de baixas causados aos romanos, a abrangência geográfica dos palcos de guerra, a supremacia militar contra populações não aliadas de Viriato fazem deste líder um caudilho sem precedentes.

2.3.2 Quinto Fábio Máximo Emiliano

A presença de um cônsul na Península Ibérica é justificada, por Lívio, pelo terror infundido pelas tropas hispânicas. Segundo Alarcão, a presença de um cônsul deve-se à necessidade de dinamizar reformas político-administrativas, concentrando para isso um maior número de tropas na Hispânia (Alarcão, 1988, 19).

Após os conflitos contra Cartago no Norte de África, na liga Acaica, Grécia e o fim da terceira guerra macedónica, um exército consular é enviado para a Hispânia, composto na sua maioria por novos recrutas, sem qualquer experiência de guerra, com um número de efectivos de 15.000 soldados, 2.000 cavaleiros³⁵.

Têm sido apresentadas diferentes razões para esta situação: primeiro uma pretensão de Emiliano em constituir um exército de jovens recrutas e não de veteranos de guerra, como resposta a um natural cansaço dos últimos. Por outro lado existem questões políticas - a facção senatorial oposta aos Cipiões não via com bons olhos a presença de um grande número de soldados na península ibérica, sustentava uma política de controlo de custos, o que levantava dificuldades ao recrutamento.

O envio de uma tropa consular de pequenas dimensões é hoje difícil de precisar, no entanto, no aspecto do sucesso militar, Emiliano soube dar bom uso das tropas que teve à sua disposição, tendo mesmo conseguido um triunfo significativo contra as hostes lusitanas.

35

Apiano, *Iber*, (65).

No seu primeiro ano refugiou-se em Urso³⁶, evitando o confronto em campo aberto, o que sugere mais uma vez que os combates em campo aberto podiam ser favoráveis a lusitanos, mesmo quando os exércitos romanos eram compostos por mais de 10.000 soldados. Emiliano evitou o confronto, dando prioridade à protecção da cidade de Urso e mantendo assim a instrução dos seus recrutas por mais um ano. Do ponto de vista estratégico esta opção foi bastante eficaz, pois na campanha seguinte Emiliano conseguiu infligir uma pesada derrota a Viriato, retirando-lhe duas cidades e obrigando-o a recuar mais para norte. No decorrer deste primeiro ano em Urso, Emiliano soube adaptar as suas tropas ao cenário de guerra, bem como a capacidade de criar elos entre as populações locais. Apiano relata-nos um episódio em que o próprio cônsul se dirige a Gades para prestar culto a Hércules, (Apiano, 65) um claro indício de uma adaptação e respeito ao culto local.

Este período de instalação favoreceu os exércitos republicanos e muitos destes recrutas aquando da sua chegada à Península Ibérica traziam já consigo uma imagem aterrorizadora do que iam encontrar. Políbio (35, 3, 6) refere o terror que alguns recrutas romanos tinham em combater na Hispânia.

Para estes jovens recrutas combater numa região remota, quente e hostil terá sido minimizado com um ano de preparação, diferente dos seus antecessores que assim que chegavam à Península Ibérica combatiam de imediato. Emiliano dispôs de uma campanha de dois anos o que permitiu de alguma forma a utilização desta estratégia.

Em 144 a.C. Emiliano, juntamente com o governador da Citerior, Lélcio Sapiante, prepararam várias ofensivas contra os lusitanos, sobre as particularidades destas batalhas as fontes não precisam muitos dados, apenas que aconteceram em campo aberto e que os lusitanos foram vencidos apesar da sua corajosa resistência (Apiano, 65).

36

Osuna, Segundo Tovar (1974).

Estes “grupos” de lusitanos podiam representar duas frentes de batalha diferentes, estando a mais a sul sob os comandos de Viriato. Desconhece-se a existência de organização militar comum entre estes grupos armados, podendo estas representar populações diferenciadas.

Viriato e seus homens perdem duas cidades para Emiliano, sendo uma delas incendiada. Diferentes investigadores têm defendido como a possibilidade de estas duas cidades serem *Tucci*³⁷ e *Baecula*³⁸ investigações arqueológicas podem no futuro ajudar a clarificar estas possibilidades.

Quinto Fábio Máximo Emiliano, filho de Lúcio Emílio Paulo, representam ambos duas gerações de generais que triunfaram na Lusitânia.

Emiliano regressa a Roma no outono de 144 a.C., sendo enviado para a Citerior o cônsul Quíncio Pompeio. Viriato perde um primeiro confronto e refugia-se novamente no Monte de Afrodite. Na campanha seguinte triunfa contra Quíncio, conquistando a cidade de *Tucci*, capturando estandartes e provocando 1.000 baixas entre os romanos. Entretanto para a Citerior é enviado um exército consular de 30.000 efectivos, algumas populações como os Arévacos, Belos e Titos revoltam-se contra Roma, segundo Apiano inspirados pela resistência de Viriato. Apesar de fragmentados os focos de resistência continuavam difíceis de controlar na península ibérica e o envio de tropas cada vez mais numerosas testemunha essa tenacidade ibérica.

2.3.3 Quinto Fábio Máximo Serviliano

Ainda em 142 a.C. a presença na Hispânia do procônsul Quinto Fábio Máximo Serviliano, irmão por adopção de Máximo Emiliano, reforça o desejo por parte do senado

37

Martos, Segundo Alberto (1996)

38

Bailen, Segundo Alberto (1996)

em por fim à resistência lusitana, enviando mais um exército consular desta vez com 18.000 efectivos e, aliados a este exército, estão também soldados cavaleiros e elefantes de Micipsa, o rei númida.

Num primeiro confronto Viriato ataca Serviliano quando este se dirigia para *Tucci*, os números de Apiano referem 6.000 lusitanos contra um exército dividido e em marcha. No entanto, Serviliano resiste e acaba por receber finalmente os reforços vindos da Númídia o que lhe sugere uma ofensiva contra Viriato, que acaba por partir em fuga. Na perseguição por parte Serviliano, Viriato consegue contra-atacar e lançar o caos nas hostes romanas. Perante esta situação, muitos legionários fogem e refugiam-se no seu acampamento, sendo no entanto perseguidos e mortos. Viriato seria responsável por causar pesadas baixas, 3.000 soldados, e destruir o acampamento, incendiando-o. Entretanto Serviliano retoma a direcção de *Tucci*.

Esta é uma fase de verdadeiro estado de guerra na Península Ibérica. Povos aliados de Roma estão agora a combater contra os romanos e as frentes na Ulterior e na Citerior obrigam ao envio de exércitos consulares cada vez mais numerosos. Mais tarde Apiano irá descrever um outro exército de lusitanos liderados por dois desertores romanos composto por 10.000 homens.

Neste confronto parece emergir uma grande confusão no que respeita a coordenação estratégica. As legiões de Serviliano, ainda que em maior número, viram-se perante uma inferioridade causada pela sua perseguição descuidada e perante esta situação muitos legionários terão fugido para o acampamento, Viriato na perseguição a estes conseguiu vence-los com facilidade. Apiano relata-nos a presença de um general romano, Fânio, cunhado de Lélíio, este último cônsul na Citerior, que conseguiu resistir corajosamente aos ataques de Viriato dentro do acampamento. Apiano não menciona a presença de Serviliano, refere antes que este partira já para a Betúria, onde saqueou cinco cidades lusitanas.

Após este episódio, Apiano descreve-nos que Viriato se retirou para a Lusitânia, com o intuito de, reforçar-se em provisões, tornando assim bastante evidente que aquela região não corresponderia a um local considerado como a Lusitânia de Viriato e

sugerindo que esta se situaria mais a norte ou a oeste do palco onde teria combatido anteriormente ou seja perto de *Tucci*. Este testemunho demonstra a dificuldade na atribuição da origem exacta de Viriato, e que inúmeros investigadores têm procurado decifrar, ainda que com os dados actuais, precisar a sua terra natal seja muito complicado. Sendo possível de alguma forma compreender que as margens do rio tejo representavam locais onde Viriato e as suas tropas se refugiavam, mencionando várias vezes palcos de confronto a norte sul destas duas margens. a referencia ás margens norte sul do tejo.

2.3.4 Cúrio Apuleio e Cónoba

No seguimento das ofensivas de Serviliano, que se dirigem agora para regiões mais a ocidente, dando inicio, segundo Apiano, a uma expedição militar contra os Cónios. No decorrer deste ataque depara-se com um conjunto de lusitanos chefiados por dois líderes, Cúrio e Apuleio, chefiando um grupo de 10.000 homens não liderados por Viriato, atestando assim um conjunto de resistências díspares, sem sentimento de “identidade nacional” nem de resistência organizada (Alberto 1996, 47).

A imagem que nos foi deixada por Apiano representa dois indivíduos provavelmente desertores romanos, capitães bandoleiros que apenas queriam pilhar Serviliano. No entanto, estes comandaram um exército de 10.000 homens, o que corresponde a um número elevado de indivíduos. Só Cauceno em 153 a.C. teria comandado mais homens, 15.000. Ainda que os números não correspondam a valores precisos, sugerem uma ideia aproximada da massa humana presente nestas ofensivas, e provavelmente no grupo de Cúrio e Apuleio estariam em grande número populações designadas por lusitanos, mas que também poderiam ser os designados “Célticos do Sudoeste” .

Cúrio é morto no campo de batalha e, no que toca a Apúleio, Apiano não relata o seu destino, referindo antes que após esta vitória, Serviliano mandou decapitar 500 soldados, sendo os restantes capturados como escravos. O historiador refere ainda que, no decorrer desta sua incursão mais a ocidente, defrontou um terceiro comandante de bandoleiros, Cónoba, que se rendeu, sendo-lhe poupada a vida, tendo Serviliano ordenado o corte de uma das mãos dos seus homens.

2.3.5 Tratados de Paz

Pela primeira vez no fenómeno das guerras lusitanas surge referido um caudilho lusitano como *amicus populi romani*³⁹ o que denuncia as proporções que o conflito havia tomado e a importância impar de Viriato nas guerras lusitanas.

Junto da cidade de *Erisana*⁴⁰ após resposta a um ataque romano, Viriato conseguiu “empurrar” as tropas republicanas e o seu respectivo general para junto de um desfiladeiro onde Viriato propôs um tratado de paz e o reconhecimento da legitimidade da ocupação das suas terras. Este tratado terá sido aceite, mas Apiano não especifica o nome do oficial que o aceitou, no entanto, pelo contexto em que se insere, pensamos que fosse Serviliano.

Mais uma vez Apiano identifica a estratégia de guerra utilizada por Viriato em virtude do conhecimento do terreno, uma referência importante que intensifica a ideia de Apiano em evidenciar esta opção estratégica como chave para o desenrolar do conflito em seu favor.

O papel de Viriato começa a ganhar uma nova forma e mesmo depois de este acordo ser quebrado por Servílio Cepião, sucessor de Serviliano, Apiano refere-nos que Viriato abandonou a cidade Arsa⁴¹ e que posteriormente assistiu á passagem dos homens de Cepião, não lutando contra eles, dado o número inferior de efectivos, criando no entanto a ilusão de estar disposto para lutar acompanhando de alguma forma a passagem

39

Titulo obtido em 140, após tratado de paz

40

Betúria ou Azuaga, região de Badajoz, segundo Alberto (1996)

41

Betúria, Segundo Alberto (1996)

dos mesmos junto a um desfiladeiro. O exército de Cepião prosseguiu e triunfou sobre as populações vetónicas e calaicas⁴².

Esta fase do conflito demonstra bem o avanço significativo das tropas republicanas, bem como, a incapacidade de resistência por parte de Viriato, perante este cenário Viriato procura mesmo um acordo de paz com Marco Popílio Lenate, cônsul da Citerior garantindo cedências cada vez mais maiores. Um interessante testemunho de Dion Cassio (22, 75) revela-nos a entrega desertores romanos e reféns, o que configura numa posição diferente do início da resistência levada a cabo por Viriato, onde este não estaria disposto a aceitar um tratado de paz com Roma.

A necessidade de um acordo leva-o a que envie a Servílio Cepião três homens da sua confiança Audax, Ditalcon e Minuro⁴³, sendo depois traído pelos mesmos e morto.

É o princípio do fim da resistência perante a presença constante de tropas atrás de tropas romanas republicanas, ano após ano.

2.3.6 Morte de Viriato

Partindo da análise das fontes, temos na morte de Viriato o fim de uma fase de resistência que não mais teve paralelos, apesar de as guerras lusitanas continuarem, a rendição de Táutalo e o triunfo de Decimo Júnio Bruto sobre os Calaicos, evidencia um fim de resistência que teria possivelmente começado ainda no período de Viriato, quando este se vê fortemente enfraquecido e cercado por Servílio Cepião. Também em Numância por volta de 133 a.C. chega ao fim a resistência, sendo esta fase do conflito um período

42

A primeira vez que surge referido na fontes antigas a denominação de Calaicos

43

Apiano *Iber* (71)

triumfante para os objectivos romanos e um enfraquecer decisivo nos focos de resistência peninsular.

Seguiram-se alguns episódios onde a resistência por parte de grupos designados de lusitanos ainda é referida, Caio Mário e Calpúrnio Pisão em 114 e 112 a.C., Júnio Silano e Servílio Cepião em 109 a.C. Cornélio Dolabela em 101 a.C. e Célio Caldo em 99 a.C. para estes confrontos as fontes são muito pouco elucidativas, representando este período um vazio em termos de informação militar sobre a resistência.

Segue-se a figura histórica Sertório⁴⁴ descrito na obra biográfica de Plutarco⁴⁵, o contexto do confronto insere-se já num conflito de guerra civil republicana o que implica uma abordagem diferente e fora do âmbito deste trabalho.

A campanha militar de Júlio Cesar em 61 a.C. surge como a última referencia⁴⁶ a resistência por parte de povos lusitanos, dando origem a um conjunto de associações dos mesmos aos montes Hermínios⁴⁷, sendo que para esta fase tratar-se iam de resistências cada vez mais pontuais já longe da resistência lusitana que caracterizou os períodos entre 194 e 133 a.C. Nestes períodos mais tardios estamos já na presença de uma romanização

44

Quinto Sertório general e político romano. Combateu do lado de Caio Mário na guerra civil que opôs o partido deste ao de Lúcio Cornélio Sila. Liderou um vasto grupo de lusitanos.

45

Plutarco, *Vidas Paralelas*

46

Dion Cassio (37,52-53)

47

Região tida como actual serra da estrela, e tradicionalmente associada às origens de Viriato, ainda que a sua primeira referencia surge associada a presença militar romana de Julio Cesár, 78 anos depois da morte de Viriato.

significativa da Lusitânia, a aliança com Sertório e a incorporação de lusitanos nas hostes de Pompeio evidenciam uma resistência cada vez mais esporádica. Em alguns casos a incorporação de lusitanos nos exércitos romanos acompanhava a concessão de cidadania como título individual que forjou uma convivência decisiva para a romanização de lusitanos (Alarcão, 1988, 27).

3. Armamento indígena segundo as fontes

A descrição de armamento para os contextos das “guerras lusitanas” obriga ao recurso de outras fontes para além de Tito Lívio e Apiano.

Outros autores clássicos como Políbio, Estrabão, Cícero, Orósio e Diodoro fazem referência às armas provenientes da Península Ibérica.

Para o fabrico de armas neste período, Diodoro⁴⁸ define o método utilizado pelos Celtiberos, enterrando as folhas de ferro no solo, durante algum tempo, depois retirando as partes mais oxidadas, sobrando apenas a melhor parte para ser utilizada. Já Cícero⁴⁹ atribui ao culto de um Deus do Fogo, “Vulcano”, o sucesso no fabrico destas armas, bem como o elevado número de pessoas que dominavam a arte de produzir armas em ferro, na península ibérica.

Sobre lusitanos e celtiberos, os testemunhos de Justino e Lívio criam uma ligação muito importante entre estes e as suas armas, constituindo símbolos de resistência e identidade, “*Querem mais a armas que a sua própria vida*”⁵⁰, “*Convencidos de que sem*

48

Diodoro *Biblioteca histórica* (5, 33, 3-4)

49

Cicerón (De nat. deorum I, 84)

50

Justino (44, 2, 5)

as suas armas nada vale as suas vidas”⁵¹. A perda das armas podia também ser considerada um infortúnio tão grande como a perda de uma das mãos⁵².

O armamento poderia possuir um papel simbólico e preponderante, pelo menos desde a Idade do Bronze, eventualmente resultante de uma transição geracional, ou também identificado na Idade do Ferro onde testemunhos arqueológicos demonstram em alguns casos que as armas eram destruídas, resultante desse acto inúmeras interpretações, mas que as ligam de forma importante com indivíduo que as possuía.

Importa por isso clarificar que o uso de armamento adequado representa um elemento decisivo no desfecho de um determinado conflito, detendo assim uma carga prática, mas também simbólica, que se deve analisar no âmbito das guerras lusitanas.

No que respeita a investigação arqueológica, os trabalhos sobre as populações indígenas peninsulares têm sido em grande medida desenvolvidos por Quesada-Sanz⁵³, focando-se principalmente nos tipos de armamento mais presentes para os contextos geográficos do centro, sul e sudeste hispânico. Contribuindo de forma fundamental para o conhecimento da panóplia de armas utilizadas pelas populações indígenas dessas regiões.

Para a realidade do ocidente hispânico, vários têm sido os investigadores a estudar as armas P. M. Cabré⁵⁴, pai e filha tiveram na década de 40 um papel muito importante

51

Tito Lívio *Histórias* (34, 17);

52

Floro (I, 34).

53

QUESADA SANZ, F. (1997) - El armamento ibérico. Estudio tipológico, geográfico, funcional, social y simbólico de las armas en la Cultura Ibérica (siglos VI-I a.C.)

54

CABRÉ, J. (1934) - Excavaciones de Las Cogotas, Cardeñosa (Ávila); CABRÉ, J., CABRÉ, M.E; MOLINERO, A. (1950) - El castro y la necrópolis del Hierro céltico de Chamartín de la Sierra (Ávila)

para registar e inventariar as armas procedentes da necrópole Olival Senhor dos Mártires, Alcácer do Sal, depois W. Schule⁵⁵ completou de alguma forma essa inventariação e o estudo dos seus materiais, Abel Viana e Mário Varela Gomes⁵⁶ deram de igual forma um contributo importante para a identificação de armamento indígena em diversas necrópoles do Alto e Baixo Alentejo. No que respeita ao norte de Portugal o trabalho de Armando Silva⁵⁷ sobre a cultura castreja refere também importante testemunho sobre o armamento utilizado pelas comunidades indígenas a quando da chegada do exército romano. Fundamental contributo é também o trabalho de Carlos Fabião⁵⁸ sobre o armamento peninsular, quer indígena como romano republicano.

Sobre o armamento propriamente dito importa salientar que a adaptação e utilização de diferentes formas de armas corresponde a uma realidade muito presente para estes períodos.

Descrever com precisão o tipo de armamento utilizado no período das guerras lusitanas é uma tarefa difícil por diversos motivos, desde logo pela identificação geográfica de lusitanos depois porque a panóplia de armamento das populações destes períodos era bastante diversa.

55

SCHULE, W. (1969) - Die Meseta-Kulturen den Iberisehen Halbinsel, Madrid.

56

SILVA, A.C.F.; GOMES, M.V. (1992) - Proto-História de Portugal, Universidade Aberta, Lisboa.

57

SILVA, A.C.F. (1986) - A cultura Castreja no Noroeste de Portugal, Paços de Ferreira, Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira.

58

FABIÃO, C. (1998) - O mundo indígena e a sua romanização na área céltica do território hoje português, Lisboa (tese de doutoramento policopiada, apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa)

A distinção entre armamento romano e republicano é em muitos casos muito difícil de ser feita, sendo só possível se estivermos na presença de um contexto arqueológico que permita associar a um período específico.

Para o ocidente peninsular existem alguns importantes testemunhos de armamento onde a atribuição cronológica se depreende principalmente das tipologias que estas armas apresentam.

Capacetes, escudos, espadas e lanças podem facilmente ser confundidos perante a ausência de contexto arqueológico e de características particulares que possam assinalar claramente a presença de armamento indígena ou romano republicano.

Apesar de algumas semelhanças, existem também diferenças no tipo de armamento utilizado por indígenas e romanos.

3.1.1 – Armamento defensivo

Estrabão deixa-nos um testemunho com um vasto conjunto de dados sobre o armamento lusitano defensivo, *“Usam um escudo pequeno com dois pés de diâmetro, côncavo pela parte exterior, amarrado ao corpo com correias, pois não têm pegadeiras nem manípulos. Além disso, usam um punhal ou sabre. A maior parte veste uma cota de linho. Raros são aqueles que usam cota de malha e elmos de triplo penacho. Os outros usam capacetes feitos de tendões. Os peões têm cnémidas e cada um trás vários dardos. Alguns servem-se de lanças. A ponta das lanças é de bronze.”*⁵⁹

Ainda sobre os escudos, Sílio Itálico menciona que Galaicos e Iberos, quando se dirigiam para o campo de batalha, cantavam e batiam nos seus escudos. Comportamentos

59

Estrabão *Geographia* (3, 3, 6)

com características semelhantes são já referidos por Heródoto na sua obra *Histórias*, aquando da descrição dos Cáunios⁶⁰.

A presença de escudos circulares bem perceptíveis nas representações iconográficas⁶¹ existentes em Portugal atribuídas à II Idade do Ferro, destacam-se sobre as dos escudos oblongos. Assim como na estatuária castreja, ou nas pequenas esculturas “*ex-votos*” de Alcácer-do-Sal, armadas com escudo circular.

*“os mais valentes dos iberos eram chamados de lusitanos. Levam em batalha um pequeno escudo feito de cor e que pode proteger o corpo com muita eficácia, devido á sua solidez. Estes escudos utilizam-nos com muita habilidade nas batalhas, conseguindo interceptar toda o tipo de armas que lhes sejam arremessadas”*⁶².

Sobre o carácter prático desta arma, as suas diferentes formas permitiam diferentes possibilidades de defesa, sendo que, os oblongos eram de maiores dimensões que os circulares, apresentavam uma defesa corporal maior, mas uma mobilidade mais reduzida. Os circulares por sua vez ofereciam uma defesa mais localizada maior mobilidade e liberdade no ataque, pois não obrigavam a dispor de tanta força para os manter. Num determinado grupo de indivíduos, a utilização de um escudo circular mais pequeno confere uma maior importância ao ataque do que à defesa, e uma maior autonomia individual do que colectiva

60

Heródoto *Histórias* (1, 215; 2)

61

Pinturas rupestres do vale do côa com datação atribuída para II Idade do Ferro.

62

Diodoro *Biblioteca Histórica* (5, 34)

Numa lógica de defesa de grupo, os escudos de maiores dimensões permitiam uma protecção em bloco, muito eficaz, as legiões romanas, ao utilizarem escudos longos, conseguiram formar defesas coesas, que permitia um avanço ofensivo lento, mas bem-sucedido.

Ainda dentro do armamento defensivo temos a referência aos capacetes utilizados pelos lusitanos. Sobre a utilização de capacetes na antiguidade, Heródoto confere aos Cários⁶³ a fixação de penachos nos capacetes, considerando-a inovadora⁶⁴. Esta tradição pode ter sido utilizada também nos capacetes encontrados na Península Ibérica, (Almeida, 1981, 253), assim como em determinados capacetes de parada militar romanos, que utilizavam penachos.

Para a Península Ibérica as principais referências clássicas, Estrabão e Diodoro, detalham o tipo de capacete e enquadram-no no armamento característico dos guerreiros indígenas, tanto lusitanos como celtiberos. As suas formas e decorações podem variar e têm como matérias-primas preferenciais o bronze e o ferro. A utilização do bronze é predominante neste tipo de armamento, contrariamente ao que acontece com as restantes armas produzidas no mesmo período.

Alguns destes capacetes podiam apresentar, decorações muito particulares, associadas aos indivíduos que as utilizavam, entre essas decorações particulares verifica-se também a presença de um pequeno orifício no espigão e uma argola no guarda – nuca, que, eventualmente, serviria para prender uma corrente ou em alguns casos para colocar penachos (Almeida, 1981, p. 245)

63

Povo do sudoeste da Anatólia.

64

Heródoto *Histórias* (1, 171.4)

Do ponto de vista arqueológico os capacetes encontrados no actual território português, são todos inseridos numa tipológica denominada Montefortino⁶⁵.

No povoado de Castelo do Neiva, foram encontrados dois exemplares deste tipo de armamento, em 1980 e 1981, Carlos Alberto Ferreira de Almeida publicou em Portugal dois artigos sobre este espólio.

Os capacetes do Norte de Portugal evidenciam-se pelas decorações, que se assemelham às ornamentações presentes na cerâmica castreja (Abásolo e Pérez, 1980, 114) conferindo aos exemplares de Lanhoso e Castelo do Neiva características particulares (Silva, 1986, p.182.)

Mais a Sul, existem dois testemunhos completos de capacetes tipo Montefortino, Castelo de Aljezur e Cabeço de Vaiamonte, estes pelas suas características estão inseridos no armamento utilizado pelos contingentes militares romanos republicanos (Tristão, 2012, 21).

Já para os escudos em termos materiais o que dispomos são de achados de umbos, peça central do escudo em ferro ou bronze.

No povoado de Alvarelhos foi descoberto um umbo de escudo que pode corresponder a escudo oval. A utilização deste tipo de escudo, tem sido atribuída não aos povos indígenas mas sim aos Romanos. Para Carlos A. Ferreira de Almeida (1975) e Teresa Soeiro (1981), a presença deste umbo de escudo surgiria, através de contactos com zonas romanizadas ou mesmo com o exército romano. Existem alguns dados que vão ao encontro desta possibilidade, tal como a cronologia avançada, o aproveitamento que o mundo militar romano dava às tecnologias de armas anteriores, reconhecível em algumas armas hispânicas, bem como, o espólio e estruturas romanas, bem evidentes no castro (Fabião, 1998, p. 123). No entanto, a tipologia da peça em apreço pode ser associada a

65

Esta atribuição relaciona-se com a descoberta de conjunto de tais armas, em necrópole, do Norte de Itália, nos finais do século. XIX. O autor da designação mencionada foi também quem descobriu os capacetes, M. Brizio, que lhes atribuiu origem etrusca Em 1975, Russel Robison, estabeleceu tipologia para os capacetes romanos, onde classificou os do tipo Montefortino

modelos de La Tène, deixando em aberto a existência, ainda que reduzida, de relações célticas naquela região (Silva, 1986, p. 181).

3.1.2 – Armamento Ofensivo

Em termos materiais a ponta de lança surge como a arma da qual dispomos de mais testemunhos.

Sobre as lanças é mais uma vez Estrabão a principal referência para esta tipologia de arma, conferindo a utilização do bronze aos lusitanos⁶⁶. Já Diodoro refere que utilizam lanças inteiramente feitas em ferro e que utilizam a ponta em forma de arpão, fazendo também referência ao facto de lançarem as suas armas com precisão e a grande distância. Ambas as referências têm comprovativos arqueológicos evidentes: em contexto de necrópole é a arma mais frequente, principalmente em número par, juntamente com as lanças os respectivos contos, demonstrando que muitas vezes eram utilizados materiais mais leves e perecíveis para unir o conto com a ponta de lança. A matéria-prima, bronze ou ferro, terá relacionado com os próprios recursos que cada comunidade possuía.

Já sobre as espadas ou punhais os testemunhos materiais para o actual território nacional testemunham maior número de espadas de períodos antecedentes à presença romana, quer espadas de antenas como falcatas. Ainda assim, existem alguns casos interessantes de espadas que podem ser inseridas já para uma fase da presença republicana, ainda que esta possibilidade seja muito difícil de confirmar dadas as ausências de contextos arqueológicos para alguns dos casos.

Para o ocidente hispânico, temos alguns testemunhos no sítio arqueológico da Lomba do Canho, concelho de Arganil, actualmente reconhecido como acampamento romano. Foi identificado fragmento de espada que apesar das características morfológicas se assemelharem aos modelos de la Tène. O seu contexto arqueológico remete-nos para um tipo de espada mais tardio, pertencente já a modelo romano republicano (Nunes,

66

Estrabão *Geographia* (3,3.6)

Fabião e Guerra, 1998, p. 16). Outro exemplar encontra-se no museu arqueológico José Monteiro no Fundão, dada a ausência de contexto e corrosão do objecto não dispomos de dados suficientes para confirmar a presença de uma espada indígena ou romana (Tristão, 2012, 91). De igual modo a espada do povoado de Monte Mozinho não permite atribuição cronológica, ainda que a presença de testemunhos romanos neste povoado seja de grande importância.

No Museu Monográfico de Conimbriga existe também um testemunho de uma espada romana, no entanto, de cronologia muito mais avançada que as anteriores.

A diferença entre modelos La Tène e modelos romanos republicanos denominados *gladius hispaniensis*, bem como a origem dos mesmos, é um tema ainda em debate. Quesada Sanz (1997) e Gustavo Jiménez (2006) consideram o *gladius hispaniensis* como protótipo de espada celtibérica, modelo de la Tène ou espadas de antenas mais tardias.

Classificar e diferenciar uma espada tipo la Tène de um *gladius hispaniensis* é em alguns casos uma tarefa muito difícil. Para Gustavo Jiménez (2006), que elaborou uma tipologia para os modelos la Tène⁶⁷, existem alguns exemplares que tanto podem representar o armamento indígena como romano republicano, dadas as semelhanças morfológicas.

Os dados que as fontes literárias nos deixaram representam alguns elementos muito interessantes. A referência por parte de Estrabão⁶⁸ a punhal ou sabre de gume único parece encaixar-se na presença de um punhal de pequenas dimensões ou de uma falcata, à qual corresponde um gume único. Já para os celtiberos, Diodoro⁶⁹ refere espadas de dois

67

Gustavo Jiménez (2006), La tene tipo VI

68

Estrabão, Geographia, (3,3,6)

69

Diodoro *Biblioteca Historica* (5,33)

gumes, o que pode testemunhar a presença de uma espada de tipologia céltica. Em termos arqueológicos existem várias espadas encontradas principalmente em contexto de necrópole que podem corresponder a estas descrições, uma fase já bastante tardia de espadas de antenas, ou uma tipologia la tene.

Outro testemunho interessante chega-nos com Orósio, “ *De um só golpe de espada, um lusitano curtou a cabeça de um cavaleiro romano*”⁷⁰.

3.2.3 Lusitanos e Celtiberos

As descrições de Estrabão e Diodoro⁷¹, apresentam muitos pontos em comum entre Lusitanos e Celtiberos, a utilização de capacete, de escudo redondo e de lanças, parece ser o mais evidente, no entanto, também apresentam importantes diferenças.

Aos Celtiberos é atribuído a utilização de espada de dois gumes, um punhal, e de dois tipos de escudos, tanto os redondos como os oblongos mais característicos da Gália. Quanto aos Lusitanos, apenas é referido a utilização de um escudo circular, e de uma espada de um único gume.

Em La Osera, na Meseta Ocidental, foram encontradas várias necrópoles com espadas de dois gumes, com atribuições cronológicas entre os séculos IV e II a.C., podendo ser consideradas espadas de frontão, de antenas ou mesmo de la Tène, pois todas elas apresentam dois gumes. (tendo como referência exclusiva as fontes escritas, pois em termos arqueológicos todas estas armas estão estudadas, e apresentam tipologias e características muito diferentes).

70

Orósio (5, 4, 5)

71

Diodoro *Biblioteca Historica* (5,33)

Já a presença de uma espada de um único gume, como acontece, por exemplo, com as falcatas, é atribuída aos Lusitanos, o que é muito interessante, pois vai ao encontro de uma problemática associada à produção e difusão de alguns tipos de espadas, entre elas as falcatas.

A utilização do bronze é também referida pelos dois autores, justificada em termos arqueológicos com vários achados, na região castreja, alguns capacetes e pontas de lança. A utilização do Bronze até períodos muito mais tardios, nesta região, é um pouco distinta das regiões mais a Sul, que tinham já adoptado o ferro como principal matéria-prima para a produção das suas armas. Estes capacetes em bronze, constituem hoje uma tipologia única, pois apresentam decorações muito particulares e associadas às regiões onde foram encontrados, sendo em termos arqueológicos e patrimoniais objectos de grande interesse, possíveis de observar no recentemente inaugurado museu de Castelo de Neiva.

3.2.4 O fabrico de armas

Os autores como Políbio, Plutarco, Lívio, Cícero, Orósio e Diodoro fazem referência à qualidade de fabrico de armas na Península Ibérica. Aos Celtiberos é dado o maior destaque, mas também existem referências às armas de Lusitanos e Galaicos.

Os achados arqueológicos a que correspondem a armas deste período demonstram em muitos casos uma riquíssima decoração. As preocupações que tinham na produção destas armas é evidenciada por símbolos, normalmente damasquinados em outra matéria-prima (prata ou cobre) que não o ferro. É possível dar diferentes atribuições, quer de ordem religiosa, cultural ou simplesmente estética, mas que colocam na produção de uma simples espada um trabalho acrescido pela preocupação do detalhe.

Apesar de não conseguirem definir com precisão o método de fabrico destas armas, demonstram que o resultado final seria muito bom. De tal modo que parte destas armas foi adaptada pelos exércitos romanos.

3.2 Armamento republicano segundo as fontes

Para o contexto das guerras lusitanas importa referir que as tropas romanas republicanas era compostas por indivíduos armados de diferentes formas e as quais representariam um papel específico dentro da sua organização estrutural. O exército republicano foi sofrendo alterações ao longo da sua existência e dos generais que comandaram as suas legiões. Nesse sentido, importa salientar que a visão de um corpo demasiado padronizado quer ao nível da sua estrutura como do seu armamento representa um testemunho mais tardio e introduzido já nos exércitos imperiais. Também a produção e distribuição do armamento correspondia a grandes diferenças entre período republicano e o imperial (Quesada-Sanz, 2003,166).

Relativamente aos testemunhos deixados pelas fontes, a obra de Políbio, representa o mais importante documento quando à estrutura do exército, bem como ao armamento que estes utilizavam.

Para o estudo do exército romano presente nas guerras lusitanas, importa recuar um pouco para compreender alguns fenómenos da organização republicana.

A reforma de Sérvio Túlio (c. 578-534 a. C.) descrita por Tito Lívio e Dionísio de Halicarnaso⁷² testemunha já um exército composto por cinco classes de militares diferentes e armados de formas distintas. No entanto há um certo consenso em considerar que as reformas atribuídas a este rei etrusco são muito mais tardias. Estes exércitos compostos por cavaleiros, soldados hoplitas e infantaria, sendo que na infantaria a

72

Tito Lívio (1, 43) e Dionísio de Halicarnaso (4, 16).

distinção era feita pelo armamento que estes possuíam, podendo ser considerado ligeiro para aqueles que transportavam apenas como arma defensiva um escudo oval e como arma ofensiva uma lança ou duas lanças. Já os cavaleiros e os hoplitas, estavam armados com capacetes e armaduras corporais, bem como lanças e espada.

Estas distinções descritas por Tito Lívio demonstram a importância do armamento como elemento que distingue o papel do indivíduo no desenrolar de um conflito, como também o seu estatuto social permitia ou não a posse e utilização de mais armamento defensivo e consequentemente maior possibilidade de sobrevivência, nesta fase as armas atestam as diferenças sociais presentes na composição de um exército.

Por volta de 341 a.C. Tito Lívio descreve-nos uma organização militar diferente da anterior, sendo que, o elemento estrutural do exército deixa de ser a classe económica ou social, mas sim a idade e experiência militar. Este princípio irá ao longo do evoluir da estrutura do exército romano permitir um conjunto de avanços ao nível da distribuição do armamento e por consequência um maior número de capacidade defensiva e ofensiva.

Para este período ainda anterior as guerras lusitanas o exército acaba por progressivamente abandonar o sistema de falange e introduzir o denominado exército manipular, que irá persistir até as reformas de Mário em 107 a.C.

Cada manípulo correspondia a 120 homens composto por três grupos diferentes *hastati*, *principes triari*, apesar de continuarem a existir diferenças no armamento destes grupos, essas diferenças resultam em termos teóricos da idade e experiência de cada um dos indivíduos. Na composição de uma legião manipular seguiam ainda tropas auxiliares como os *velites*, que estavam na primeira linha de combate ainda antes dos *hastati*, equipados com lanças de arremesso, criando a primeira ofensiva sobre o inimigo, dando depois lugar aos *hastati*.

Uma legião podia variar muito em termos de efectivos, não existindo um valor padronizado, o número de homens numa legião republicana podia oscilar entre os 3.000 e os 6.000 soldados e 200 a 400 cavaleiros (Hildinger 2002,21).

No contexto da segunda guerra púnica a legião romana não era formada exclusivamente por uma infantaria pesada típica da época mariana, os números de Políbio⁷³ referem 1.200 *velites*, 2.400 soldados *hastati* e *príncipes* e 600 *triari*.

Para as guerras lusitanas estes números variaram bastante conforme as campanhas, mas importa referir que um grande número de indivíduos devia pertencer aos vélites, que não possuíam grande armamento defensivo.

No contexto da segunda guerra púnica, os vélites eram tão numerosos como cada uma das linhas de *hastati* ou *principes* o que representava parte importante da estrutura táctica da legião (Quesada-Sanz, 2003, 175).

Compreendendo a importância destes indivíduos importa salientar que possuíam um tipo de armamento defensivo diferente dos restantes e que também caracteriza uma legião republicana.

3.2.1 Armamento defensivo

Sendo o escudo uma das principais armas defensivas dos exércitos romanos, foi sofrendo alterações ao longo dos exércitos que antecederam as reformas de Mário.

As mudanças ocorreram com processos graduais e em função do sucesso ou insucesso de determinados conflitos, o fim da utilização de soldados hoplitas representa também a utilização de um novo escudo denominado “*scutum*” mais leve e mais pequeno.

No entanto os soldados do grupo vélites, possuíam um tipo de escudo circular com 90 cm de diâmetro⁷⁴ e sendo este grupo de alguma forma numero dentro de um

73

Políbio (6, 20.8; 6.21.7)

74

Políbio (6,22,3)

exército republicano, podemos afirmar que para o contexto das guerras lusitanas a presença de escudos redondos por parte dos exércitos republicanos também deviam estar presentes, ainda que o escudo oval fosse a principal arma defensiva dos restantes elementos que compoñham as legiões manipulares.⁷⁵

Sobre o capacete e a sua importância enquanto arma defensiva, é evidenciada em diferentes fontes documentais, presentes desde Heródoto.

Nas guerras lusitanas os exércitos republicanos teriam provavelmente um capacete de bronze do tipo Montefortino, sendo que para o actual território português existem dois casos muito interessantes correspondentes provavelmente a este mesmo tipo⁷⁶.

Para além destes capacetes, existem hoje no actual território português mais dois exemplares completos, encontrados muito mais a Sul: o capacete de Cabeça de Vaiamonte e de Aljezur, que segundo Joaquín García e Mauriño Muzquiz fazem parte do grupo II - já para Russel Robison, corresponderiam às letras C e D com uma atribuição exclusiva a realidades romanas

Em ambos os casos faz-se uma interpretação como testemunhos de passagem ou instalação conjuntural de tropas em campanha (Fabião, 2006, p. 18).

75

Políbio (6,23,1.5)

76

Esta atribuição relaciona-se com a descoberta de conjunto de capacetes, em necrópole, no Norte de Itália, nos finais do séc. XIX. O autor da designação mencionada foi também quem descobriu os capacetes, M. Brizio, que lhes atribuiu origem etrusca, contestada mais tarde, por outros autores

Existia ainda outro tipo de protecção, associada ao armamento defensivo que eram as cotas de malha ou protecções peitorais⁷⁷, que pareciam ser mais frequentes entre os *triari* e alguns *principes*.

No contexto das legiões republicanas das guerras lusitanas, o armamento defensivo era composto por diferentes armas e mesmo dentro de um grupo militar como os *hastati*, *principes* ou *triari* poderiam existir diferenças, não vigorando ainda o sistema padronizado de armamento que seria introduzido com as reformas de Mário em 107 a.C.

3.2.2 Armamento Ofensivo

No contexto das guerras lusitanas as fontes antigas não precisam em termos tipológicos o armamento ofensivo utilizado pelos legionários republicanos. No entanto, no contexto do final da segunda guerra púnica bem como das guerras celtibéricas e, como podemos facilmente deduzir, também durante as guerras lusitanas utilizariam um tipo de armamento idêntico, pois as grandes alterações no armamento só ocorreram com as reformas de Mário em 107 a.C.

Para o armamento ofensivo destaca-se desde o logo a lança ou o designado *pilum*, que detinha uma ponta em ferro e que podia ser utilizado como arma de arremesso. Políbio descreve a utilização de dois *pila* em contexto de guerra, no entanto investigações recentes (Goldsworthy 1996,182; Connolly 2000,45; Quesada 1997,342), têm defendido que existia uma forte probabilidade de um dos *pila* permanecer como reserva no acampamento, uma vez que a dificuldade de transporte desta arma pesada juntamente com as outras tornaria os legionários de alguma forma demasiado lentos.

Nas conjunturas particulares das guerras lusitanas, possivelmente alguns legionários teriam dois *pila* e em conformidade com a função que iriam desempenhar no contexto da batalha levavam um *pilum* mais leve, um mais pesado ou mesmo os dois, essa seria uma opção variável.

77

The lorica hamata

Outro elemento importante na guerra era o efeito dissuasor. Tito Lívio refere a utilização de lanças cravadas na terra por parte dos *triari*, evidenciando um exército erigido. O efeito psicológico desta estratégia podia resultar, pois desde o início do confronto que a utilização de armas de arremesso provoca baixas significativas, causadas desde logo pela linha da frente. Restando ainda nas linhas mais recuadas (*triari*) a possibilidade de utilizar também as lanças como arma de arremesso.

Em termos arqueológicos têm sido feitos alguns ensaios a partir de armas reconstituídas para verificar a sua eficácia (Connolly 2000, 206). Os dados retirados destas experiências demonstram que o lançamento desta arma a vinte cinco metros provocaria danos significativos nos escudos e dificilmente estes se dobrariam como algumas das fontes mencionam⁷⁸.

O papel das lanças era de tal forma fundamental, que o número de baixas que estas provocavam logo na fase inicial do conflito permitia em muitos dos casos uma debandada do inimigo, antes mesmo de chegar ao contacto corpo a corpo (Livio 8, 16, 6; Goldsworthy 1996,202).

Outra arma ofensiva referida pelas fontes é a espada, o que tem sido confirmado por alguns estudos arqueológicos que ajudam a definir tipologicamente a espada utilizada pelos exércitos republicanos nos contextos das guerras na Hispânia⁷⁹.

O legionário romano deveria desde logo dominar o manejo da espada, bem como um uso activo desta com o escudo (Quesada-Sanz, 2003, 180). Esta simbiose entre homem espada e escudo pode representar uma diferença significativa na eficácia de um

78

Plutarco *Mar.* (25)

79

QUESADA SANZ, F. (1997) Qué hay en un nombre ? La cuestión del *gladius hispaninensis* QUÉ HAY EN UN NOMBRE? LA CUESTIÓN DEL GLADIUS HISPANIENSIS1 Boletín de la Asociación Española de Amigos de la Arqueología, 37. 1997, pp. 41-58

soldado. Um bom manejo destas duas armas permite aliar a capacidade protectora de um escudo com a grande eficácia ofensiva de uma espada.

As espadas utilizadas nos contextos das guerras lusitanas deviam ser semelhantes às das guerras púnicas e celtibéricas, identificadas como uma versão hispânica tardia de espada de folha recta e ponta aguda, uma evolução do tipo galo de La Tene I, adoptada pelos romanos entre 216 e 209 a.C. (Quesada-Sanz, 2003, 178).

Definida como *gladius hispaniensis* pelas fontes, evidencia de forma bastante clara a sua origem e adaptação aos contingentes militares republicanos.

Outra arma referida pelas fontes corresponde ao *pugio* ou punhal, mais uma arma que tem sido identificada como uma adaptação de uma arma ibérica derivando provavelmente do punhal de antenas, que apresenta características semelhantes (Quesada-Sanz, 2003, 179).

Esta arma ofensiva representava já uma utilização de último recurso em caso de perda das restas armas ofensivas, ou num contexto diferente mais um utensílio de trabalho, com funções de corte e manejo mais precisos.

3 Semelhanças e diferenças estruturais dos exércitos romanos e lusitanos

A utilização eficaz das várias linhas militares que compunham um exército republicano aquando do confronto contra lusitanos testemunha uma organização estrutural muito desenvolvida e que permitia um enorme avanço estratégico por parte destes exércitos manipulares.

De igual modo a distribuição do armamento evidenciava uma grande capacidade de organização como propósitos muito específicos e delimitados anteriormente ao próprio conflito.

A duração das batalhas também podia representar um elemento chave para o desenrolar de um conflito, isto porque a legiões manipulares estava preparadas para, de forma sistemática, se renderem mutuamente. O testemunho de Lívio é bastante claro “*os hastati começavam o combate, se estes não eram capazes de desorganizar o inimigo*

retrocediam passo a passo e recebiam os príncipes nos espaços livres das suas filas”⁸⁰. De um ponto de vista estratégico esta medida permitia uma predisposição para a luta corpo a corpo, diferente de quem permanecia na mesma posição durante mais tempo. De uma forma diferente, a estratégia de fuga simulada de Viriato permitia-lhe ganhar tempo precioso para recuperar os seus homens, bem como de encaminhar os soldados republicanos para onde os desejava. Também nas legiões manipulares existem referências a estes recuos estratégicos, guardando os *triari* para última fase do confronto.

A importância da idade e da experiência militar é bem vinculada nos exércitos manipulares, e mesmo numa fase em que Apiano nos descrever um exército consular de recrutas pouco experientes, como foi o exército de Emiliano, este permaneceu na Península Ibérica com seus homens e preparou-os para o confronto contra os lusitanos. Esta metodologia ainda que de um modo pouco implementado representava já um princípio estrutural significativo na organização de um exército.

Para as hostes lusitanas as fontes não mencionam detalhes da organização estrutural dos seus efectivos, evidenciando sempre uma guerra de guerrilha, herdada de períodos antecedentes. No entanto as vitórias consecutivas de Viriato testemunham um triunfo sobre legiões manipulares já fortemente estruturadas e com uma capacidade de logística grande. Este sucesso de Viriato resulta de alguma forma da capacidade engenhosa de prepara ofensivas contra legiões manipulares muito organizadas.

O número de efectivos que combatiam pelos lusitanos parece de alguma forma também representar uma resistência a larga escala. Em determinados períodos, populações lusitanas, vetónicas e célticas participariam nestas ofensivas. A presença da guerra e do conflito era algo incutido nestas sociedades antigas, onde a produção e posse de armamento podia de alguma forma testemunhar culturas fortemente ligadas ao seu armamento. As campanhas sazonais de guerra foram-se tornando cada vez mais emblemáticas e caudilhos como Viriato ou Cúrio e Apuleio conseguiram mobilizar vários

80

Tito Livio (1, 43)

homens e eventualmente mulheres⁸¹. Acreditando que os números de Apiano fossem de alguma forma exagerados e pouco precisos, estes, procuravam testemunhar uma presença de soldados lusitanos em larga escala. O contrário também acontecera quando Cepião, após a quebra do tratado de paz, irrompeu pelas terras lusitanas e atacou cidades aliadas de Viriato e populações vetónicas, sem que Viriato contra-atacasse pelo número reduzido de militares.

4.1 A logística das armas

Importa referir que as condicionantes da guerra implicavam desde logo um conjunto de meios logísticos. A questão da posse de armamento representa um elemento muito significativo no desenrolar de qualquer conflito entre duas populações.

Sobre a guerra diz-se na carta de Sigmund Freud a Einstein, 1932: *“A força muscular logo foi suplementada e substituída pelo uso de instrumentos: o vencedor era aquele que tinha as melhores armas ou aquele que tinha a maior habilidade no seu manejo”*.

A obtenção e o manejo do ferro permitiu na II Idade do Ferro a produção em grande quantidade de variedade de objectos desta matéria-prima (Gomes, 1998, 168). De alguma forma, a possibilidade de possuir uma arma, mesmo sendo apenas uma ou duas lanças e um escudo de madeira, permitiu a elaboração de exércitos cada vez maiores. Ainda assim, existam panóplias de armamento que representavam um investimento elevado no seu fabrico, pelo que a posse dessas armas estava confinada a um grupo mais restrito, bem como a utilização de cavalos na guerra, que obrigavam a um dispêndio muito mais elevado.

81

A presença de mulheres nas hostes lusitanas é referida aquando da chegada de Júnio Bruto, “as *mulheres lutavam ao lado dos homens e morriam com eles*” Apiano, *Iber* (71), a existência de mulheres de armas na península ibérica tem sido confirmada por várias investigações arqueológicas que demonstram necrópoles com a presença de sepulturas femininas desde o Bronze Final até a Idade do Ferro.

De igual modo os exércitos romanos republicanos detinham diferentes tipos de panóplias de armamento, desde a lança dos *velites* até ao capacete, escudo, *lorica*, *pila*, espada, *pugio*, dos *triari*, evidenciando uma hierarquia que era assente na pose de armas.

4.2 Aristocratas indígenas

A importância da guerra como factor de comunicação, evolução e base de uma organização competitiva de um estado, representa um testemunho fundamental no estudo das sociedades pré-romanas ibéricas (Sánchez Moreno, 2002, 153).

A prática do bandoleirismo (analisada no capítulo 4.4) podia representar um triunfo económico significativo. O papel dos indivíduos que praticavam a guerra e conseguiam ser bem sucedidos, representa um testemunho de grupos que após o saque a uma terra vizinha, detinham cavalos, gado, cereais, metais, prisioneiros (Sánchez Moreno, 2002, 160) para além de que poderiam representar de igual modo uma defesa para as comunidades de onde eram oriundos. São diversos os vestígios iconográficos e arqueológicos das sociedades pré-romanas da II Idade do Ferro, que evidenciam a importância atribuída às suas armas e aos indivíduos que as possuíam (Tristão, 2012, 156).

Estes indivíduos reproduziriam assim, em contexto de guerra, uma hierarquia de carácter económico e social. O confronto com um exército como o romano republicano, engrandeceria ainda mais o estatuto que detinham na sociedade, sendo possível afirmar a presença de aristocracias militares resultantes de sucessivos triunfos de guerra (Sánchez Moreno, 2002, 163).

4.3 O papel da infantaria

Temos referido diversas estratégias e organizações militares que permitiram de alguma forma levar de vencido o inimigo: o cansaço das tropas, a fuga simulada, o avanço em linhas manipulares por parte dos exércitos romanos republicanos. Todos estes fenómenos só ocorrem em função de uma infantaria preparada para enfrentar um destino desconhecido que era muita das vezes a morte.

Em termos sociológicos existem diferentes valores que podem influenciar a moral individual de um soldado, desde razões intrínsecas, extrínsecas a necessidades básicas, competências pessoais, físicas e sociais, estatuto e prestígio na hierarquia militar (Gerhard Kümmel, 1999, 22). No entanto, importa sempre reter que para o soldado, a primeira prioridade é a sobrevivência (Goldsworthy, 1996, 219), a qual podia representar a primeira motivação de qualquer indivíduo em cenário de guerra.

Nestes contextos particulares a diferença de organização militar entre as legiões manipulares e os grupos armados de lusitanos, manifestam-se também através de um efeito prático no desenrolar de um conflito.

Uma legião manipular composta por diferentes grupos militares representa de alguma forma uma hierarquização do exército e por consequência o papel que cada soldado desempenha ou pretende desempenhar no grupo. A progressão de *velites* para *hastati*, *príncipes* e por fim *triarii* representava uma motivação estruturada para os soldados, mais tarde este princípio de possibilidade de ascensão iria ganhar contornos ainda mais precisos, tornando as legiões romanas uma estrutura militar que dispunha de um conjunto de bens na maior parte dos casos difíceis de alcançar.

A estruturação do exército permitia de igual modo criar laços mais estreitos entre os indivíduos que compunham as legiões manipulares, a participação em simultâneo na mesma ofensiva obrigava a uma ajuda da qual dependia a vida de todos. Alguns destes valores presentes já nestas organizações militares são ainda hoje partilhados em diferentes formações militares onde a unidade ou grupo é o que representa a força ofensiva.

Já para os grupos armados lusitanos a situação não parecia ser tão estruturada como nos exércitos romanos republicanos. A motivação aqui representa de igual modo um estatuto social entre os seus, mas evidenciado de modo diferente, onde a sobrevivência e sucesso no campo de batalha capturando espólio, quer fossem armas, estandartes ou outro tipo de objectos facilmente identificáveis com os romanos, reproduzia-se posteriormente numa motivação perante novo cenário de guerra.

Por diversas vezes é referido pelas fontes que os feitos de Viriato chegaram a outras regiões e povos da Península Ibérica e, com os feitos de Viriato, também os dos homens que o acompanhavam mais de perto. Parece-nos que estes grupos armados de indivíduos eram compostos por alianças de comunidades peninsulares distintas e que no âmbito da guerra sazonal, combatendo juntos contra o exército romano republicano, e que, podia ser composta por grupos oriundos de diferentes aglomerados populacionais, que em determinados períodos poderiam ser chefiados por um caudilho, a quem estivesse associado já um conjunto de provas dadas a nível militar.

De outro modo e já para uma fase mais tardia do conflito, a resistência à presença romana seria também um factor motivacional para o combate. A descrição de Apiano sobre os Brácaros⁸² aquando da chegada de Júnio Bruto é bastante sugestiva “ *Das mulheres que são capturadas umas matam-se a elas próprias e aos seus filhos*” existindo assim no ocidente peninsular populações que repudiavam os romanos e o combate contra estes seria por si só já uma motivação.

4.4 Concepções históricas das guerras lusitanas

As guerras lusitanas representam um testemunho claro de forças opostas que em muitos casos se equiparam quer em números de efectivos como de baixas. A fase III representa para as hostes lusitanas o período cronológico com maior incidência de vitórias, possíveis, segundo as fontes literárias, principalmente devido às capacidades militares que Viriato apresentava.

No âmbito deste trabalho foram analisadas vinte e quatro campanhas militares, sendo que os exércitos romanos republicanos triunfaram por catorze vezes e os lusitanos

82

Comunidades situadas na actual região de Braga, nos contextos das guerras lusitanas estariam inseridas nos denominados Calaicos.

por treze, o que demonstra em termos numéricos algum equilíbrio no desenrolar dos confrontos. Os números de efectivos e de baixas diferem muito de fase para fase, existindo para alguns períodos um total omissão de dados, ainda assim os dados testemunham um total aproximado superior a 70.000 perdas humanas para o lado lusitano e a 56.000 para os romanos, num intervalo cronológico de 55 anos.

Do ponto de vista militar existem dados que permitem de alguma forma compreender o desenrolar do confronto e a explicação para determinadas batalhas, onde as estratégias referidas determinaram a diferença, no entanto é do ponto de vista ideológico e sociológico que mais consequências deixou este confronto, persistindo ainda hoje a procura de valorização colectiva e identificação territorial de determinado grupo.

A título de exemplo, o denominado bandoleirismo descrito pelas fontes literárias e que ficaria fortemente enraizado aos lusitanos, assenta sobre algumas possíveis explicações; a possível origem das comunidades lusitanas, terrenos montanhosos e “pobres”, contrapondo com os terrenos “ricos” andaluzes e justificando as incursões ou a designada “primavera sagrada” onde jovens partiam dos seus territórios, pilhando terras vizinhas entrando assim na idade adulta (Lincoln, 1976, Fabião, Guerra, 1997, 37). Importa não esquecer que a presença romana na Península Ibérica, em muitos aspectos, principalmente de ordem expansionista, se trata de igual modo, de uma incursão às terras “ricas” andaluzes e *á posteriori* às terras “pobres” montanhosas do interior da Lusitânia, ainda que, com contornos distintos. As linhas romanas de *velites* e *hastati* eram compostas por jovens com pouco mais de 16 anos, representando também a entrada no exército, a chegada à fase adulta para alguns jovens romanos.

As diferenças nestes aspectos não eram assim tão significativas, mas motivadas por visões dicotómicas e que se foram enraizando na historiografia portuguesa e espanhola foi sendo criada uma concepção histórica para as guerras lusitanas em conformidade com agendas políticas e sociais.

Sobre as guerras lusitanas e em particular da altura de Viriato, os poemas de Braz Garcia de Mascarenhas, de 1699, conhecidos principalmente em 1952 assenta a seguinte ideia; “ *nasceu naquela terra que chamada herminia, foi, hoje se chama estrela*” uma

interpretação pessoal sem evidências concretas nas fontes antigas, a referência a *herminius* está associada a lusitanos de 61 a.C. e não do intervalo cronológico da vida de Viriato.

Sobre o fenómeno da guerra lusitana os trabalhos de Adolfo Schulten⁸³ tiveram também um impacto muito significativo que ainda hoje está presente na concepção da estratégia de guerra utilizada por lusitanas, onde a guerrilha representa um acto heróico de resistência a um invasor estrangeiro muito mais numeroso, o mesmo tipo de descrição ocorre também sobre as guerras celtibéricas (Quesada-Sanz, 2006, 160)

A figura de Viriato teve na década de 40 do século XX um papel propagandista nacional que viria a desaparecer em finais da década de 60, sendo mesmo retirado dos manuais escolares.⁸⁴

Nas últimas décadas têm sido desenvolvidos vários trabalhos académicos⁸⁵, têm dado um contributo muito importante na abordagem às fontes sobre as guerras lusitanas, contribuindo assim de forma decisiva para o enriquecimento da abordagem historiográfica sobre este período.

83

SCHULTEN, A. (1940)

84

Possivelmente devido a presença de Portugal perante as colónias e do evoluir da própria historiografia (Fabião, Guerra, 1992, 22).

85

Amílcar Guerra, (1998,2010), Carlos Fabião, (1998), Garcia Moreno (1988), German Rodríguez (2009), Jorge de Alarcão(1988), Paulo Farmhouse Alberto(1996), Perez Vilatela (2000), Sancho Moreno (2003)

Bibliografia

I- Fontes Primárias

APIANO

Bellum Ibericum, Ed. e Trad. em A. Schulten, Las guerras de 154-72 a. de J.C., Fontes Hispaniae Antiquae, IV, Barcelona, 1937; Trad. A. Sancho, La guerra de Espana, Ed. Gredos, Madrid, 1980.

DIODORO SÍCULO

Bibliotheca Histórica , Ed. The Loeb Classical Library, Cambridge, Harvard University Press, 1979-82; Trad. J. Lens e J. García González, Editorial Clásica, Madrid, 1995.

ESTRABÃO

F.J. Gómez Espelosín, Estrabón, Geografía de Iberia. Trad. de F.J. Gómez Espelosín; Presentación, notas y comentarios de G. Cruz Andreotti, M.V. García Quintela y F.J. Gómez Espelosín. Alianza Editorial: Madrid, 2007

TITO LÍVIO

História de Roma, Introdução, tradução e notas de Pedro Matos Peixoto, São Paulo, Paumape, 1990.

II- Obras Gerais

ALBERTO, P. F. (1996) Viriato. Mem Martins: Editorial Inquérito.

BERROCAL-RANGEL, L. (1993) Los pueblos célticos del Suroeste de la Península Ibérica. Madrid, Universidad Complutense.

FABIÃO, C. (1992) História de Portugal (coordenada por MATTOSO, José) vol. I, Antes de Portugal, Lisboa, Editorial-Estampa.

FABIÃO, C. (1998) O mundo indígena e a sua romanização na área céltica do território hoje português, Lisboa (tese de doutoramento policopiada, apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa).

FABIÃO, Carlos, (2006) O Passado Proto-Histórico e Romano, in História de Portugal, Antes de Portugal. Editorial Estampa, Lisboa.

JIMÉNEZ, G. G. (2006) - Entre Iberos y Celtas: Las Espadas de Tipo La Tène, Del Noreste de la Península Ibérica, Ediciones Polifemo, Madrid.

GARCÍA QUINTELA, M. V. (1999) Mitología y mitos de la Hispânia Pre-romana, III., Madrid.

GOMES, M. V. - SILVA, A.C.F. (1998) Proto-História de Portugal, Universidade Aberta, Lisboa.

GUERRA, A. (1998), Nomes pré-romanos de povos e lugares do Ocidente peninsular. Lisboa: Universidade (tese de doutoramento policopiada, apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa).

GOLDSWORTHY, A.K. (1996) The Roman Army at War, 100 BC-AD 200. Oxford.

HILDINGER, E. (2002) Swords against the Senate. The Rise of the Roman Army and the Fall of the Republic. Cambridge Ma.

LORRIO, A. (1997) Los Celtiberos, Universidad Complutense de Madrid.

MARTÍNEZ, M. G. (2004) Ritos De Armas En La Edad Del Hierro: Armamento Y Lugar es De Culto Antiguo Mediterraneo Y Mundo Celta, Ediciones Polísemo, Madrid.

MITRAUD, C. A. (2007) – História e Tradição no Livro I de Tito Lívio.

LINCOLN, B (1991) – Sacerdotes, guerreiros y ganado. Un estudio sobre la ecología de las regiones.

PASTOR MUÑOZ, M. (2004) Viriato, el héroe hispano que luchó por la libertad de su pueblo. Madrid: La Esfera de los Libros (trad. port. Viriato, o herói lusitano que lutou pela liberdade do seu povo. Lisboa: Esfera dos Livros, 2006).

QUESADA SANZ, F. (1997) El armamento ibérico. Estudio tipológico, geográfico, funcional, social y simbólico de las armas en la Cultura Ibérica (siglos VI-I a.C.), Monographies instrumentum 3. 2 tomos. Éditions Monique Mergoïl. Montagnac.

RUSSELL ROBINSON, H. (1975) The Armour of Imperial Rome, Thetford, London.

SANDARS, H. (1913) The weapons of the Iberians, Col. Archaeologia, LXIV, Londres.

SCHÜLE, W. (1969) Die Meseta-Kulturen der Iberischen Halbinsel, Madrid.

SCHULTEN, A. (1940) Viriato. 2ª edição. Porto: Livraria Civilização.

SILVA, A.C.F. (1986) A cultura Castreja no Noroeste de Portugal, Paços de Ferreira, Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins.

SILVA, A.C.F; GOMES, M.V. (1992) - Proto-História de Portugal, Universidade Aberta, Lisboa.

TRISTÃO, Leandro Saudan, (2012) “Armas e Ritos na II Idade do Ferro do Ocidente Peninsular” (tese de mestrado policopiada, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade Nova de Lisboa).

VAZ, João Luís Inês (2009) - Lusitanos no tempo de Viriato, Lisboa 2009.

VILATELA, Pérez, (2000), Lusitania: historia y etnología, Madrid.

III - Obras específicas

ALARCÃO, J. de, (1988) O domínio romano em Portugal, Mem-Martins, Sintra, pp. 13-30.

ALARCÃO, J. de, (2001) “Novas perspectivas sobre os lusitanos”, Revista Portuguesa de Arqueologia, volume 4, número 2, pp. 293-344.

ALMAGRO GORBEA, M.; LORRIO, A. (2004) “War and society in the Celtiberian World”. E-Keltoi 6, pp. 73-112.

ALMAGRO GORBEA, M. ; MARTIN, G.R. (2009) Historia Militar de España, Pre-historia y antigüedad; Las guerras lusitanas, pp. 224-234.

CONNOLLY, P. (2000) The reconstruction and use of Roman weaponry in the second century BC». A.T. Croom, W.B. Griffiths (eds.) Re-Enactment as research. 12th ROMECON. JRMES 11, pp. 43-46.

FABIÃO, C. (2006) A Herança Romana em Portugal, CTT Correios de Portugal, Lisboa, pp. 18-35.

ESPELOSÍN, F.J.G. (2009) Contradicciones y conflictos de identidad en Apiano páp. 231-250

KUMMEL, Gerhard (1999), Morale in the Armed Forces, A Holistic Approach and a Multi-Dimensional Model, Strausberg.

FERREIRA DE ALMEIDA, Carlos A. (1975) Influências Meridionais na Cultura Castreja, Revista da Faculdade de Letras, Porto, pp. 197-210.

GARCIA, Gelabert Pérez, (1989) Estudio del Armamento prerromano en la península ibérica a través de los textos, Espacio, Tiempo y Forma, Serie II, H. Antigua, t. II, pp. 69-80.

GARCÍA MORENO, Luis A. (1988) – Hispaniae tumultus: Rebelión y violencia indígena en la España romana de época republicana. Polis. Alcalá de Henares, 1, pp. 81-107.

GUERRA, Amílcar (2010) – A propósito dos conceitos de “lusitano” e “Lusitânia”. Serta Palaehispanica J. de Hoz = Palaeohispanica. Zaragoza. 10, pp. 81-98.

GUERRA, A.; C. FABIÃO (1998) Viriato: Em torno da iconografia de um mito. Actas dos IV Cursos Internacionais de Verão de Cascais, 3. Mito e símbolo na História de Portugal e do Brasil. Cascais: Câmara Municipal, pp. 33-79.

NUNES, Castro. FABIÃO, Carlos. GUERRA, Amílcar. (1989) Acampamento militar romano da Lomba do Canho, Arganil: o ponto da situação, Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu.

QUESADA SANZ, Fernando, – KAVANAG DE PRADO, Eduardo (2006) The roman republic weapons, camps and battlefields in Spain, an overview of recent and ongoing research The roman Army in Hispania, Universidad Autónoma de Madrid, Leon, pp. 65-84.

QUESADA SANZ, Fernando, (1997) Gladius Hispaniensis: an archeological view from Iberia Journal of Roman Military Equipment Studies, 8, pp. 251-270.

SANCHEZ MORENO, E. (2002) "Algunas notas sobre la guerra como estrategia de interacción social en la Hispania prerromana: Viriato, jefe redistributivo (y II)". Habis 33, pp. 141-174.